



CONTA DE GERÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2021



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2021



XIV LEGISLATURA
1 de janeiro a 31 de dezembro

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

Edite de Fátima Santos Marreiros Estrela

Fernando Mimoso Negrão

José Manuel Marques da Silva Pureza

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Nelson Ricardo Esteves Peralta

Ana Cristina Cardoso Dias Mesquita

Vice-Secretários da Mesa

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Ana Sofia Ferreira Araújo

Helga Alexandra Freire Correia

Lina Maria Cardoso Lopes



Conselho de Administração

Eurídice Maria de Sousa Pereira
Presidente

José Maria Lopes Silvano
Representante do GP do PSD

Isabel Cristina Rua Pires
Representante do GP do BE

Duarte Le Falher de Campos Alves
Representante do GP do PCP

João Rodrigo Pinho de Almeida
Representante do GP do CDS-PP

André Lourenço e Silva
Representante do GP do PAN
(dia 1 de janeiro a 5 de junho)

Mariana da Conceição Pereira da Silva
Representante do GP do PEV

Inês Sousa Real do GP do PAN
(dia 6 de junho a 31 de dezembro)

Albino de Azevedo Soares
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves
Representante dos Funcionários
Parlamentares

Glossário

ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
AP-CPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
AP-UpM	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
APNATO	Assembleia Parlamentar da NATO
APOSCE	Assembleia Parlamentar da OSCE
AR	Assembleia da República
ARPPUE	Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
ARM	Assembleia da República de Moçambique
ASG – PLP	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
ASG – UIP	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
BE	Bloco de Esquerda
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CDS-PP	Centro Democrático e Social – Partido Popular
CFBD-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFSIRP	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
CFSIIC	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
CH	Partido Chega
CJP	Conselho dos Julgados de Paz
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
DURP	Deputado Único Representante de Partido
EAI	Entidades Administrativas Independentes
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
GDP	Grupo Desportivo Parlamentar
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
IL	Partido Iniciativa Liberal
L	Partido Livre
LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
Me-CDPD	Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência
OAR	Orçamento da Assembleia da República



OE	Orçamento de Estado
OTI	Observatório Técnico Independente
NINSC	Deputado Não Inscrito em Grupo Parlamentar
PAN	Partido Pessoas Animais e Natureza
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PNTL	Parlamento Nacional de Timor-Leste
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RLE	Resultados Líquidos do Exercício
SAR	Serviços da Assembleia da República
SIAR	Sistema Integrado da Assembleia da República
SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
VAR%	Variação da Execução (percentagem)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Índice

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	14
1.1 OAR 2021	14
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2021	17
2. ATIVIDADES PARLAMENTARES	22
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	25
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	28
2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES	30
2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS	30
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	32
3. ATIVIDADES DE APOIO	34
3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	35
3.2 FORMAÇÃO	36
3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO	37
3.4 FUNCIONAMENTO	38
4. ATIVIDADE EDITORIAL	43
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	45
5.1 BILATERAL	45
5.2 MULTILATERAL	45
6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	45
7. INVESTIMENTOS	48
7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2021	48
7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2022	51
8. FINANCIAMENTO	52
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	52
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	53
9. EXECUÇÃO FINANCEIRA	55
9.1 DAS DESPESAS	55
9.2 DAS RECEITAS	57
10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	59
NOTA FINAL	67



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Índice de Quadros

QUADRO 1	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2021	16
QUADRO 2	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	17
QUADRO 3	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	17
QUADRO 4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	18
QUADRO 5	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	20
QUADRO 6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	23
QUADRO 7	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	24
QUADRO 8	EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES	29
QUADRO 9.1	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	32
QUADRO 9.2	PARTICIPAÇÃO DE DEPUTADOS NA EDIÇÃO 2019/2021 DO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	32
QUADRO 10	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS DESPESAS	33
QUADRO 11	ENCARGOS COM AS "ATIVIDADES DE APOIO"	34
QUADRO 12	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM "ATIVIDADES DE APOIO"	34
QUADRO 13	DESPESA NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E MITIGAÇÃO DO COVID-19	42
QUADRO 14	ATIVIDADE EDITORIAL 2021	44
QUADRO 15	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	48
QUADRO 16	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	48
QUADRO 17	PROJETOS DA AR COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2022	51
QUADRO 18	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	52
QUADRO 19	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	53
QUADRO 20	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	55
QUADRO 21	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2022 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	56
QUADRO 22	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	57
QUADRO 23	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2021	58



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2018 A 2021	19
GRÁFICO 2	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2021	20
GRÁFICO 3	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2021	21
GRÁFICO 4	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP, DURP, E NINSC	25
GRÁFICO 5	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DE COMISSÕES PARLAMENTARES, PETIÇÕES E NOTAS TÉCNICAS	27
GRÁFICO 6	EVOLUÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO	28
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	31
GRÁFICO 8	EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP	35
GRÁFICO 9	EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS ENVIADOS PARA DESTINO FINAL ADEQUADO	39
GRÁFICO 10	DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS À BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	40
GRÁFICO 11	EVOLUÇÃO DO Nº DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA	40
GRÁFICO 12	DISTRIBUIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES AO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR	41
GRÁFICO 13	TIPOLOGIA DE DOCUMENTOS	41
GRÁFICO 14	DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR	42
GRÁFICO 15	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	44
GRÁFICO 16	DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2021	49
GRÁFICO 17	EVOLUÇÃO DAS VENDAS DA LIVRARIA PARLAMENTAR 2018-2021	58
GRÁFICO 18	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS 2018-2021	61

Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2021, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2021 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 23 de outubro de 2020 - as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2021, das subvenções públicas para as campanhas da eleição para o Presidente da República, realizada em 21 de janeiro, para as campanhas eleitorais para os órgãos das Autarquias Locais, que ocorreram a 26 de setembro, bem como das subvenções aos Partidos, Grupos Parlamentares, Deputados únicos representantes de um Partido e Deputados não inscritos.

Importa continuar a destacar o impacto da pandemia gerada pelo surto de Covid-19 a qual determinou que ao longo do ano de 2021 fossem tomadas medidas específicas que visaram minimizar o risco de infeção e de transmissão da doença, assegurando o funcionamento da Assembleia da República, cuja atividade não foi interrompida.

Tendo em consideração a evolução epidemiológica favorável e a probabilidade elevada de que pelo menos 80% dos Deputados/funcionários parlamentares/pessoal dos grupos parlamentares e demais trabalhadores tinham a vacinação completa, em 29 de setembro de 2021 e através de **Deliberação da Conferência de Líderes** foram aprovadas novas **Medidas no contexto covid-19, que entraram em vigor a 11 de outubro** do mesmo ano, a qual determinou a desativação do **Plano de Contingência**.

Esta deliberação procedeu à revogação dos seguintes despachos: 12/XIV/SG, 15/XIV/SG, 24/XIV/SG e 35/XIV/SG, mas definiu um conjunto de **medidas específicas para mitigação do risco** a longo prazo.

No âmbito das **atividades parlamentares**: as Sessões Plenárias passaram a reunir sem limitação da capacidade com exceções específicas na participação por videoconferência e passou a ser permitida a presença de público até 70 pessoas; as Comissões passaram a reunir presencialmente ou por videoconferência sendo permitida a presença de funcionários parlamentares da equipa de apoio à comissão, bem como assessores dos GP/DURP/NINSC e jornalistas, mantendo-se impedida a participação de visitantes.



No âmbito de **outras atividades parlamentares**: retomaram-se as missões oficiais da AR ao estrangeiro, designadamente no âmbito da União Europeia, onde a situação epidemiológica o permitia, mantendo-se a suspensão de missões oficiais para países com taxa de incidência igual ou superior a 500 casos por 100 mil habitantes, podendo a presença em reuniões internacionais ser feita através de videoconferência, em representação institucional da AR ou das delegações aos organismos internacionais, a partir das instalações da Assembleia da República; passaram a ser autorizados eventos (Conferências, Seminários, Colóquios), com um conjunto de regras específicas ao nível das salas do AR e respetiva lotação, participantes e convidados, permanecendo suspensos os eventos e reuniões de entidades externas; e foram definidos limites do número de visitantes e grupos de visitantes bem como das visitas guiadas à Assembleia da República.

A deliberação em apreço manteve ainda um **conjunto de medidas de cariz geral**, nomeadamente: o uso da máscara em todos os espaços comuns da AR; a distribuição de máscaras nas portarias; o acompanhamento das orientações transmitidas pela Direção-Geral da Saúde; a divulgação de informação relativa ao COVID-19; a manutenção das medidas de higienização e distribuição pelos espaços da AR de soluções antissépticas de base alcoólica, da limpeza extraordinária dos sistemas de ventilação e ar condicionado, da utilização de acrílicos protetores nas receções bem como nos serviços que prestam atendimento ao público; reuniões por videoconferência sempre que possível e utilização do cartão personalizado de cada funcionário para registo da assiduidade; a circulação de documentação preferencialmente por via eletrónica e a manutenção dos purificadores de ar nos espaços da GNR e da PSP com permanência contínua e sem ventilação; a manutenção do limite de capacidade dos elevadores, da utilização dos terminais com tecnologia contactless e/ou MBway para pagamentos no refeitório, cafetarias e Livraria Parlamentar, e da prática da realização semanal de testes de deteção de antígeno.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **172.906.548,35€** encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais”**, com um nível global de execução de **76,7%**, da qual:

- **72.562.029,94€- Despesa total – atividade da AR**, com execução de **72,5%**, da qual:
 - **67.983.824,24€ - Despesas Correntes - atividade da AR**, com execução de **77,3%**;
 - **4.578.205,70 €- Despesas de Capital - atividade da AR**, com execução de **38%**;
- **12.806.423€ – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **93,1%**;
- **13.970.092,66€- “Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **100%**; e
- **33.364.467,59€ - “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **73,9%**



A taxa de execução verificada na “Despesa total – atividade da AR” de 72,5% é superior à verificada em 2020 (70,1%), devendo-se, em parte, à ligeira recuperação da atividade da AR em 2021, mas deveu-se igualmente à continuação de uma política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República e às cativações aplicáveis. Ressalva-se que, **deduzindo o valor da cativação** (2.021.721,95€), dado que, dos 6.756.146,93€ iniciais foi autorizada a extinção de cativação de 4.734.424,98€) a **taxa de execução da atividade da AR seria de 74,0%**.

Ao nível da “**Atividade Parlamentar**”, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte, adaptando toda a sua atividade aos condicionalismos decorrentes da pandemia, pelo que parte substancial das reuniões decorreu através de videoconferência ou misto (presencial e videoconferência).

Em matéria de “**Investimento**”, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2021:

- No âmbito da **conservação do Património Imobiliário da AR**, e tendo como objetivo a criação, recuperação e manutenção de espaços, concluíram-se as seguintes empreitadas: instalação de dois ascensores no edifício na Av. D. Carlos I, nº 134; remodelação da instalação elétrica e ligação (PT) de ambos os edifícios sitos na Av. D. Carlos I; instalação de plataforma metálica para o grupo gerador no edifício na Av. D. Carlos I, nº 134; remodelação da climatização das salas dos DURP’s e da Divisão de Redação, nos dois pisos intermédios do Palácio de São Bento; fornecimento e instalação de novo grupo gerador de emergência para o Palácio de São Bento e obras para requalificação da cafetaria dos funcionários no Palácio de São Bento.
- Dando continuidade às ações de melhoria e modernização no domínio do **equipamento administrativo**, salienta-se que a maior parte desta natureza de investimento foi realizada em Outro Equipamento, distribuído pelos vários edifícios da AR. O investimento efetuado em mobiliário continuou a assentar na política de renovação de equipamento de escritório dos Gabinetes, SAR e GP/DURP/NINSC. Na vertente de aquecimento, ventilação e ar condicionado, procedeu-se à aquisição e instalação de equipamentos de AVAC destinadas a EAI’s (edifício na Av. D. Carlos I n.º 134).
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, desenvolveram-se vários projetos dos quais se destacam: i) no âmbito da modernização tecnológica: entrada em funcionamento e consolidação da arquitetura tecnológica do SIAR; reforço da infraestrutura virtual ao nível da capacidade de processamento e de recursos de memória do sistema de virtualização para a adequação às necessidades de processamento, com especial foco nos recursos solicitados



pelos postos virtuais; adoção da solução *Microsoft Teams*; aquisição de computadores portáteis; e implementação de um novo sistema destinado à gestão do estacionamento. ii) no âmbito da segurança informática e da informação destaca-se: a alteração de arquitetura do acesso externo, que permitiu a simplificação do acesso externo pela adoção do funcionamento do tipo proxy transparente; a expansão das funcionalidades de *HTTPS Inspection* a troços adicionais de rede, concretizada através da ativação das capacidades residentes da *firewall* externa; iii) visando a promoção da modernização administrativa e tecnológica; procedeu-se à instalação de novos monitores no Hemiciclo; iniciou-se o desenvolvimento do sistema de regulamentação das leis e informações a prestar, de acordo com as especificações dos SAR. Com o intuito de contribuir para a **redução de custos** assinala-se a preparação e disponibilização da infraestrutura informática, onde se inclui a disponibilização de sinal *wifi* específico e de equipamentos de rede de suporte às equipas internas e externas, bem como o apoio técnico aos inúmeros eventos realizados no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, ocorrida no primeiro semestre de 2021. Devido à evolução da situação pandémica o formato de alguns eventos externos ao Palácio de São Bento foi alterado tendo sido convertidos em eventos a decorrer no interior das instalações da AR.

A Assembleia da República, mantém uma **atividade cultural e editorial** própria. Em 2021 verificou-se um relançamento ainda que modesto desta natureza de atividades, sendo que no último trimestre de 2021, voltaram a acontecer as visitas guiadas ao Palácio de São Bento, registando-se um crescimento de vendas na Livraria Parlamentar e na Feira do Livro.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR 2021

Em 25 de setembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2021, apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenária, a 23 de outubro de 2020, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 85/2020, de 17 de novembro.

No OAR2021 inicial, os montantes inscritos para **as despesas correntes e de capital da atividade da AR** ascenderam, respetivamente, a 81.861.046,79€ e 8.407.119,00€, num total de 90.268.165,79€, traduzindo, globalmente, **uma diminuição de 5,8% relativamente ao OAR2020 corrigido** sem cativações.

Por outro lado, e no que se refere ao OAR2021 inicial o montante total de **“Transferências para as Entidades”** e de **“Subvenções Políticas”** foi de 70.543.736,66€.

Esse valor integra, para além das **subvenções para as campanhas eleitorais para os Órgãos das Autarquias Locais** (43.003.605,00€), **as subvenções aos Partidos Políticos** (13.970.092,66€), **as transferências para as Entidades Autónomas** que funcionam junto da Assembleia da República (13.570.039,00€).

O 1º Orçamento Suplementar de 2021, elaborado nos termos do artigo 50.º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 6 de maio de 2021, sob proposta do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2021, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 148/2021, de 21 de maio e decorreu da necessidade de:

- i. **Integrar o diferencial entre o saldo de gerência** inscrito no orçamento inicial da Assembleia da República para o ano 2021 e o apurado à data de 31 de dezembro de 2020 no valor de **9.946.911,84€**, dos quais 9.940.911,84€ são integrados do Orçamento da Assembleia da República e 6.000€ são integrados no orçamento da CADA por se tratar de um montante proveniente de transferência do Orçamento do Estado requisitado para despesas correntes não transferidos para esta entidade em 2020.
- ii. **Integração do saldo de gerência** apurado a 31 de dezembro de 2020 **das subvenções públicas para as campanhas**: das eleições gerais para os órgãos das Autarquias Locais de 2013 e de 2017, Legislativas 2019 e Legislativas Regionais dos Açores 2020, no valor total de **2.141.734,06€**.



- iii. **Inscrição do valor global de 723.783,30€**, para devolução, ao Tesouro/ Direção-Geral do Orçamento, por conta do saldo da subvenção pública para a campanha das eleições Legislativas 2019 (663.932,35€), das Legislativas Regionais dos Açores 2020 (53.850,95€) e do saldo, apurado a 31 de dezembro de 2020, relativo a verba requisitada ao Orçamento do Estado e não transferida para a CADA (6.000€).

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **sete alterações orçamentais verticais**, com parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 26 de fevereiro, 19 de março, 25 de junho, 23 de julho, 30 de setembro, 30 de novembro e 14 de dezembro.

Da execução do OAR2021 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2021 e a transitar para o ano de 2022, no valor de 35.659.949,65€**, dos quais **12.503.065,12€** correspondem ao **saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais**, configurando o remanescente **23.156.884,53€ o saldo da AR**.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subactividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Da análise do Quadro 1, ressalta que, em **valores globais, o OAR2021** corrigido, face ao OAR2020, apresenta um **acréscimo global de 29,5%**, comportamento determinado por verbas relativas às subvenções para as campanhas eleitorais que cresceram 319,5%.

Em "**Despesas Correntes**" da AR, o **acréscimo de 5,7%** decorre sobretudo das seguintes duas variações positivas: em "Outras Atividades", onde se inclui a dotação provisional, e "Atividades de Apoio" com acréscimos de 57% (3.449.812,10€) e 2,5% (902.703,90€) respetivamente.

No que se refere às "**Despesas de Capital**", o Quadro 1 evidencia, ainda, um **decréscimo de 2,1%** face ao valor do orçamento corrigido de 2020, determinado essencialmente pelo decréscimo do valor inscrito na subactividade "Outras Atividades", na qual se inscreve a dotação provisional que apresenta uma redução de 10,3% (-472.890€).

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2021

Unidade: Euro

ATIVIDADES	OAR2020 corrigido 1	OAR2021		Var%	
		inicial 2	corrigido 3	4 (2/1)	5 (3/1)
DESPESAS CORRENTES AR	81 734 845,69	80 645 966,79	86 402 193,03	-1,3%	5,7%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	37 183 934,82	36 514 745,79	36 891 827,68	-1,8%	-0,8%
ATIVIDADES DE APOIO	36 115 720,60	35 182 625,00	37 018 424,58	-2,6%	2,5%
ATIVIDADE EDITORIAL	519 704,70	432 450,00	477 142,62	-16,8%	-8,2%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	365 232,57	252 910,00	287 576,00	-30,8%	-21,3%
OUTRAS ATIVIDADES *	6 048 570,50	6 000 000,00	9 498 382,60	-0,8%	57,0%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	1 172 250,00	1 938 387,00	1 894 040,55	65,4%	61,6%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	267 432,50	262 849,00	272 799,00	-1,7%	2,0%
OUTRAS ENTIDADES	62 000,00	62 000,00	62 000,00	0,0%	0,0%
DESPESAS DE CAPITAL AR	12 273 242,39	8 376 619,00	12 019 283,00	-31,7%	-2,1%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18 000,00	10 000,00	10 000,00	-44,4%	-44,4%
ATIVIDADE EDITORIAL	0,00	0,00	4 331,00	n.a.	n.a.
INVESTIMENTO	7 640 242,39	6 866 619,00	7 883 842,00	-10,1%	3,2%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - DIM. PARLAMENTAR	25 000,00	0,00	4 000,00	-100,0%	-84,0%
OUTRAS ATIVIDADES *	4 590 000,00	1 500 000,00	4 117 110,00	-67,3%	-10,3%
TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)	94 008 088,08	89 022 585,79	98 421 476,03	-5,3%	4,7%
DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS** (2)	1 783 001,72	1 245 580,00	1 617 101,60	-30,1%	-9,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (corr)	162 480,00	191 070,00	193 032,00	17,6%	18,8%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (cap)	4 994,00	0,00	3 500,00	-100,0%	-29,9%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (corr)	275 170,00	264 810,00	269 394,00	-3,8%	-2,1%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (cap)	4 700,00	8 000,00	8 000,00	70,2%	70,2%
CONSELHO NAC. PROcriação MEDIC. ASSISTIDA (corr)	312 696,72	321 956,00	309 815,77	3,0%	-0,9%
CONSELHO NAC. PROcriação MEDIC. ASSISTIDA (cap)	4 000,00	9 000,00	6 396,00	125,0%	59,9%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM.CRIMINAL (corr)	218 606,00	221 444,00	218 528,00	1,3%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)	85 500,00	72 850,00	80 219,00	-14,8%	-6,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)	2 500,00	2 500,00	2 500,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (corr)	145 265,00	142 950,00	142 950,00	-1,6%	-1,6%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (cap)	16 000,00	11 000,00	11 000,00	-31,3%	-31,3%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE (corr)	551 090,00	0,00	168 303,83	-100,0%	-69,5%
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESP. CP (corr)	0,00	0,00	203 463,00	n.a.	n.a.
TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)	95 791 089,80	90 268 165,79	100 038 577,63	-5,8%	4,4%
ENTIDADES AUTÓNOMAS***	13 017 643,35	13 570 039,00	13 752 539,00	4,2%	5,6%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	13 970 092,76	13 970 092,66	13 970 092,66	0,0%	0,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	10 762 725,07	43 003 605,00	45 145 339,06	299,6%	319,5%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES	133 541 550,98	160 811 902,45	172 906 548,35	20,4%	29,5%

* Dotação Provisional

** Os **Conselhos**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes listadas supra, cujos orçamentos integram o OAR.

*** As **Entidades Autónomas**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas e independentes que recebem transferências correntes e de capital do OAR (Provedoria de Justiça, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção da Dados, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência).

1.2 Execução Orçamental

Em 2021, os encargos assumidos atingiram o montante de 132.703.013€ (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa execução orçamental de 76,7%, registando-se uma diferença de 40.203.535,16€ entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado essencialmente pela baixa execução em “Investimento”, tendo ficado por executar 3.355.363,30€, pelo montante subsistente de cativações aplicáveis (2.021.721,95€) e ainda pelas verbas inscritas em dotação provisional (13.615.492,60€ das quais, 9.498.382,60€ em correntes e 4.117.110€ em capital).

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

TIPO DE DESPESA	OAR2021 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	87 987 898,63	67 983 824,24	77,3%
DESPESAS DE CAPITAL	12 050 679,00	4 578 205,70	38,0%
TOTAL AR	100 038 577,63	72 562 029,94	72,5%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	13 752 539,00	12 806 423,00	93,1%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	13 970 092,66	13 970 092,66	100,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	45 145 339,06	33 364 467,59	73,9%
TOTAL GLOBAL AR / EA / SUBVENÇÕES	172 906 548,35	132 703 013,19	76,7%

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **72,5%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2021, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui as transferências para as “Entidades Autónomas”** (apenas considera a despesa dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), **nem as “Subvenções públicas aos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais”**.

O nível de execução orçamental foi, assim, de **77,3%** em **“Despesas Correntes”** e de **38%** em **“Despesas de Capital”**, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade da AR.

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Unidade: Euro

TIPO DE DESPESA	OAR2021 corrigido sem EA & Subv.	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	87 987 898,63	67 983 824,24	77,3%
DESPESAS DE CAPITAL	12 050 679,00	4 578 205,70	38,0%
TOTAL DAS DESPESAS	100 038 577,63	72 562 029,94	72,5%

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que as taxas de execução orçamental mais elevadas, em sede de **despesas correntes**, são atingidas pelas entidades seguintes: Atividades Parlamentares (92,4%) e Atividades de Apoio (86,2%). Contudo salienta-se que tanto o Conselho dos Julgados de Paz como o Conselho de Fiscalização de Bases de Dados de Perfis de ADN, que tiveram um grau de execução orçamental de 91,9% e 84,9%, respetivamente, representam apenas 0,4% do total da despesa assumida.

No que respeita às “**Despesas de Capital**”, cuja taxa de execução foi de **38%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “**Outras atividades - dotação provisional de capital**” (4.117.110€), assim como da não execução de despesas de capital das seguintes subatividade taxa de execução de 57,9% da subatividade “**Investimento**”, esta última que será analisada em capítulo autónomo do presente relatório.

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES

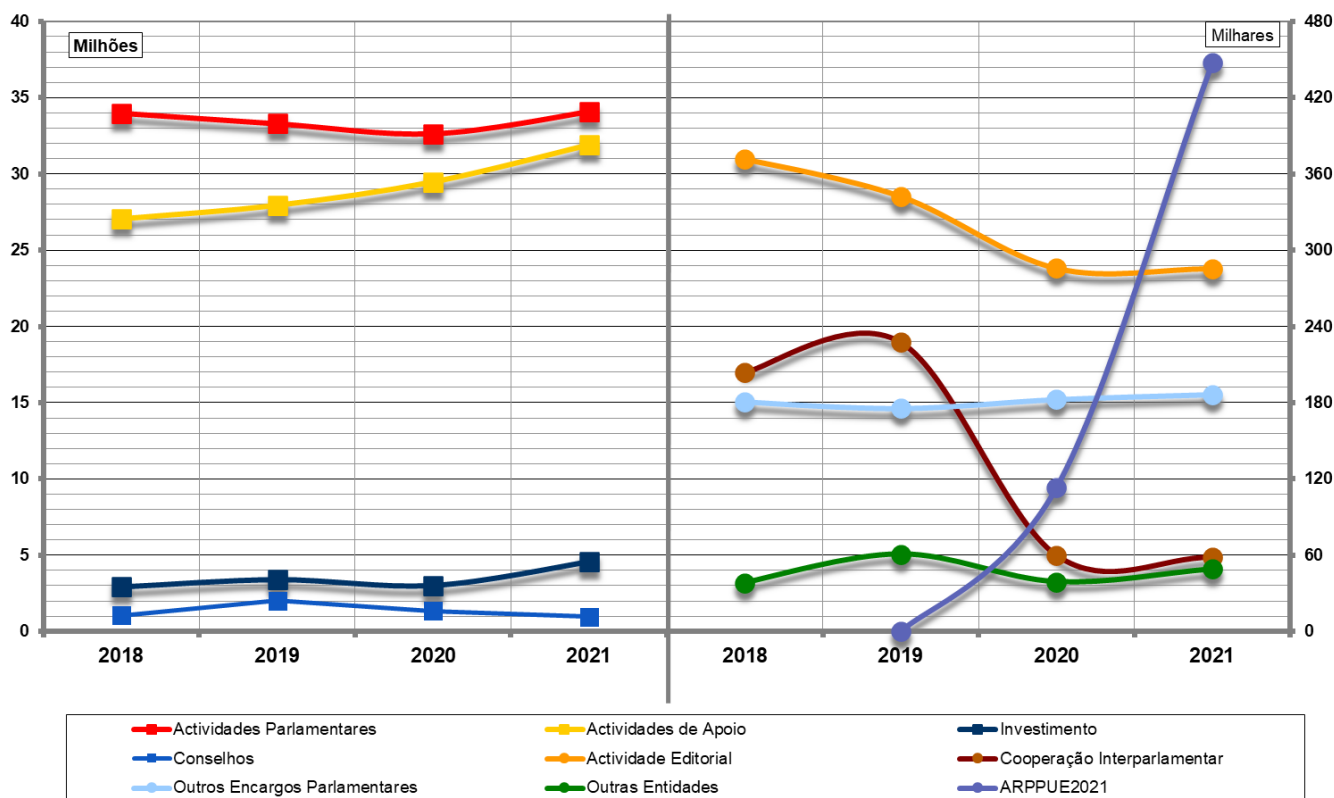
Unidade Euro

ATIVIDADES	OAR2021 corrigido 1	Encargos assumidos		
		montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/12)
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36 891 827,68	34 091 012,26	92,4%	47,0%
ATIVIDADES DE APOIO	37 018 424,58	31 923 415,68	86,2%	44,0%
ATIVIDADE EDITORIAL	477 142,62	281 193,53	58,9%	0,4%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	287 576,00	58 783,65	20,4%	0,1%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	1 894 040,55	447 387,23	23,6%	0,6%
OUTRAS ATIVIDADES*	9 498 382,60	0,00	0,0%	0,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	272 799,00	186 385,54	68,3%	0,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	193 032,00	140 155,75	72,6%	0,2%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	269 394,00	247 475,33	91,9%	0,3%
OUTRAS ENTIDADES	62 000,00	49 000,00	79,0%	0,1%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	309 815,77	149 911,03	48,4%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	218 528,00	159 296,03	72,9%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	80 219,00	68 126,06	84,9%	0,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	142 950,00	56 251,38	39,4%	0,1%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	168 303,83	88 705,38	52,7%	0,1%
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESPEC CP	203 463,00	36 725,39	18,1%	0,1%
DESPEAS CORRENTES (1)	87 987 898,63	67 983 824,24	77,3%	93,7%
ATIVIDADE EDITORIAL	4 331,00	4 330,83	100,0%	0,0%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	10 000,00	0,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	7 883 842,00	4 563 146,99	57,9%	6,3%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - DIM. PARLAMENTAR	4 000,00	0,00	0,0%	0,0%
OUTRAS ATIVIDADES*	4 117 110,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	3 500,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	8 000,00	5 347,86	66,8%	0,0%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	6 396,00	5 380,02	84,1%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	2 500,00	0,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	11 000,00	0,00	0,0%	0,0%
DESPEAS DE CAPITAL (2)	12 050 679,00	4 578 205,70	38,0%	6,3%
TOTAL DAS DESPEAS (3=1+2)	100 038 577,63	72 562 029,94	72,5%	100,0%

(*) Dotação Provisional

A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2018 A 2021



A evolução de 2020 para 2021 dos encargos assumidos encontra-se espelhado no Quadro 5, revelando uma **variação positiva global de 8%**, importando destacar, que as circunstâncias de 2020 ser um ano atípico, que obrigou à suspensão de algumas atividades da AR necessariamente iriam revelar uma variação positiva da despesa em 2021 face ao ano anterior. Assim, salientam-se: um **acréscimo** de 4,5% dos encargos assumidos nas “**Atividade Parlamentares**” e do **acréscimo** de 8,3% nas “**Atividades de Apoio**” e ainda um acréscimo de 51,5% em “**Investimento**”, como resultado do retomar da normalidade das atividades.

A variação positiva de 8,3% nas “**Atividades de Apoio**” decorrente dos seguintes fatores: atualização da RMMG; alterações de posições remuneratórias (inclusive as que resultaram do procedimento concursal de acesso a categoria superior - técnico de apoio parlamentar coordenador), ingressos na sequência de procedimentos concursais (9 assessores parlamentares e de 28 técnicos de apoio parlamentar em regime de estágio probatório); e pagamento de retroativos da diferença da remuneração suplementar (deste outubro de 2016) na sequência de Parecer AJAR 224-1/2021 da

Senhora Auditora Jurídica, homologado por S. Exa. o Presidente da Assembleia da República em 18 de maio de 2021

Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

ATIVIDADES	Encargos Assumidos		
	2020	2021	Var%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	32 630 312,06	34 091 012,26	4,5%
ATIVIDADES DE APOIO	29 480 356,38	31 923 415,68	8,3%
ATIVIDADE EDITORIAL	285 765,24	285 524,36	-0,1%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	60 197,89	58 783,65	-2,3%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	113 180,35	447 387,23	295,3%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	182 554,93	186 385,54	2,1%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	129 049,75	140 155,75	8,6%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	241 831,55	252 823,19	4,5%
OUTRAS ENTIDADES	39 000,00	49 000,00	25,6%
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MED. ASSISTIDA	183 953,12	155 291,05	-15,6%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	166 478,99	159 296,03	-4,3%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	58 739,58	68 126,06	16,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	58 955,29	56 251,38	-4,6%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	514 265,60	88 705,38	-82,8%
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESPEC CP	0,00	36 725,39	n.a.
INVESTIMENTO	3 011 783,65	4 563 146,99	51,5%
TOTAL DAS DESPESAS	67 156 424,38	72 562 029,94	8,0%

O Gráfico 2 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “**Despesas com Pessoal**” representam **71,5%** do total da despesa de 2021, seguidas das “**Aquisições de Bens e Serviços**” (**20,4%**) e das “**Aquisições de Bens de Capital**” (**6,3%**).

Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2021

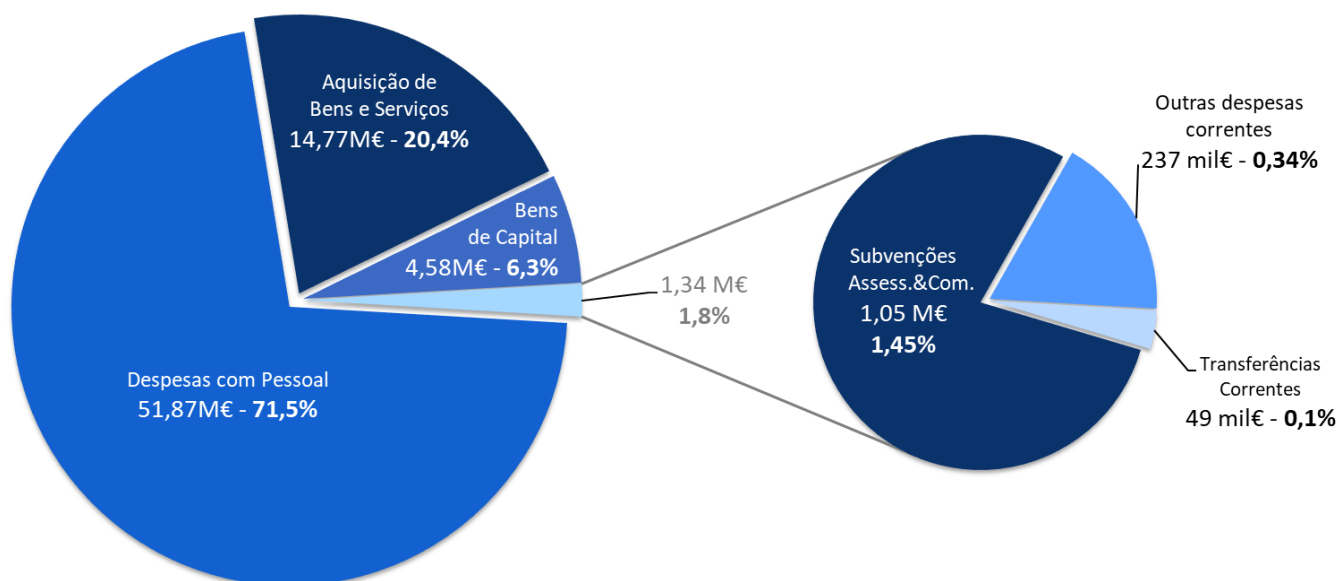
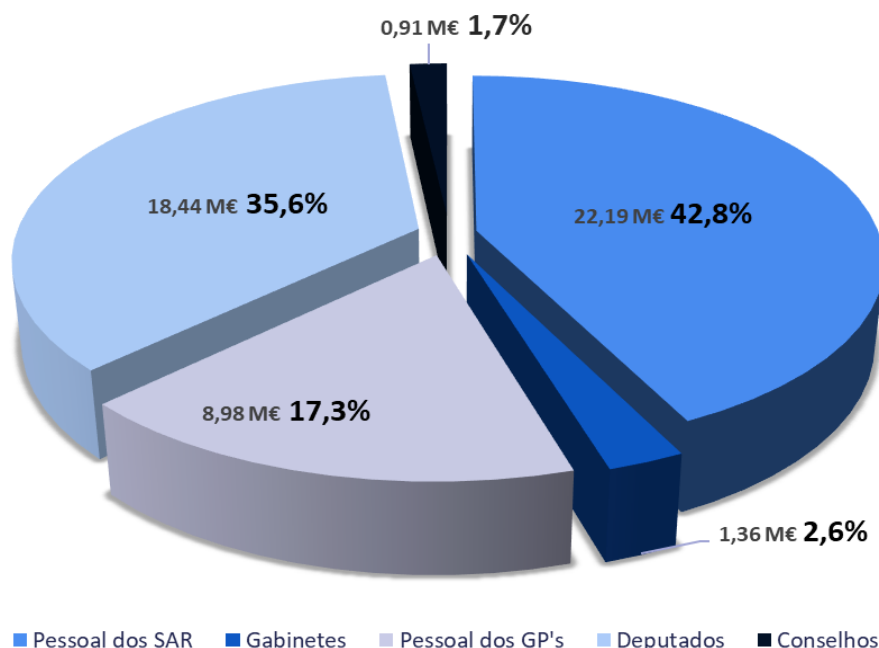


Gráfico 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2021



O gráfico 3 evidencia a distribuição dos encargos englobados nas rubricas de “**Despesas com Pessoal**” que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos da Assembleia da República com remunerações e outras despesas com pessoal, distribuídos por: Deputados, Gabinetes, Conselhos, Pessoal dos Grupos Parlamentares e Pessoal dos Serviços da AR.

Deste gráfico retira-se que na partição destes encargos o “**Pessoal dos SAR**” tem um peso superior (42,8%) comparativamente aos encargos imputáveis a “**Deputados**” (35,6%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares/DURP/NINSC”** representam 17,3%.

Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos**, cujas despesas são inscritas no OAR, constituem, respetivamente, **2,6% e 1,7%** em percentagem do encargo total com remunerações.

2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de fiscalização política.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117.º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.

Em 2021 tiveram lugar **87 reuniões plenárias, 3 reuniões da Comissão Permanente e 26 Conferências de Líderes.**

As reuniões plenárias levaram à publicação de **90 Diários da Assembleia da República (I Série)**, correspondendo 317h14m de reunião, num total de 4.862 páginas editadas.

Relativamente à **II Série**, foram publicados **356 Diários, 11 Suplementos e 34 Separatas**, perfazendo um total de 24.523 páginas editadas.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **51 Propostas de Lei, 417 Projetos de Lei, 18 Propostas de Resolução, 719 Projetos de Resolução, 17 Apreciações Parlamentares.**

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as “**Atividades Parlamentares**” representam **47% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 92,4%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subatividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

ATIVIDADE PARLAMENTAR	OAR2021 Corrigido 1	Encargos assumidos		
		montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/22)
Presidente da Assembleia da República	133 342,00	133 303,20	100,0%	0,4%
Gabinete de Apoio ao PAR	920 622,00	905 179,54	98,3%	2,7%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 142 537,00	1 108 959,34	97,1%	3,3%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	470 240,00	450 032,65	95,7%	1,3%
Conselho de Administração	106 164,00	98 209,65	92,5%	0,3%
Grupos Parlamentares	1 203 107,14	1 193 887,15	99,2%	3,5%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	9 014 266,89	8 902 549,98	98,8%	26,1%
Comissões Parlamentares	1 127 353,00	506 423,01	44,9%	1,5%
Deputados	20 193 785,00	19 843 630,06	98,3%	58,2%
Cerimónias Comemorativas	61 183,00	24 307,82	39,7%	0,1%
Deslocações em Território Nacional	19 500,00	8 478,57	43,5%	0,0%
Deslocações ao Estrangeiro	925 876,00	288 128,24	31,1%	0,8%
Grupos Parlamentares de Amizade	81 976,00	11 825,54	14,4%	0,0%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	1 339 451,65	540 614,03	40,4%	1,6%
Programa Parlamento Jovem	137 596,00	72 194,53	52,5%	0,2%
Sessão Solene Tom. Posse Presidente da República	14 828,00	3 288,95	22,2%	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS	36 891 827,68	34 091 012,26	92,4%	100,0%

O **Quadro 6** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subatividades que integram as “**Atividades Parlamentares**”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 84,3% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- “**Deputados**” (**58,2%**), que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídios de reintegração, atribuídos no regime transitório que a lei prevê.
- “**Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares**” (**26,9%**) onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes (GP, DURP e NINSC), tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social. O *plafond* para remunerações manteve-se igual ao de 2020 na sequência da não atualização do IAS mantendo-se o respetivo valor em 438,81€.

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

ATIVIDADE PARLAMENTAR	Encargos assumidos		
	2020 1	2021 2	Var% 3
Presidente da Assembleia da República	127 890,01	133 303,20	4,2%
Gabinete de Apoio ao PAR	772 623,42	905 179,54	17,2%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 085 584,12	1 108 959,34	2,2%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	371 400,89	450 032,65	21,2%
Conselho de Administração	86 838,59	98 209,65	13,1%
Grupos Parlamentares	1 165 952,81	1 193 887,15	2,4%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8 786 825,74	8 902 549,98	1,3%
Comissões Parlamentares	192 514,81	506 423,01	163,1%
Deputados	19 803 161,81	19 843 630,06	0,2%
Cerimónias Comemorativas	2 302,97	24 307,82	955,5%
Deslocações em Território Nacional	276,76	8 478,57	2963,5%
Deslocações ao Estrangeiro	134 985,46	288 128,24	113,5%
Grupos Parlamentares de Amizade	196,40	11 825,54	5921,2%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	95 633,46	540 614,03	465,3%
Programa Parlamento Jovem	4 124,81	72 194,53	1650,3%
Sessão Solene Tom. Posse Presidente da República	0,00	3 288,95	n.a.
TOTAL DAS DESPESAS	32 630 312,06	34 091 012,26	4,5%

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2020 para 2021 (Quadro 7), as “**Atividades Parlamentares**” registaram um **acréscimo de 4,5%** (1.460.700,20€), reflexo de uma maior atividade da Assembleia da República no ano em apreço.

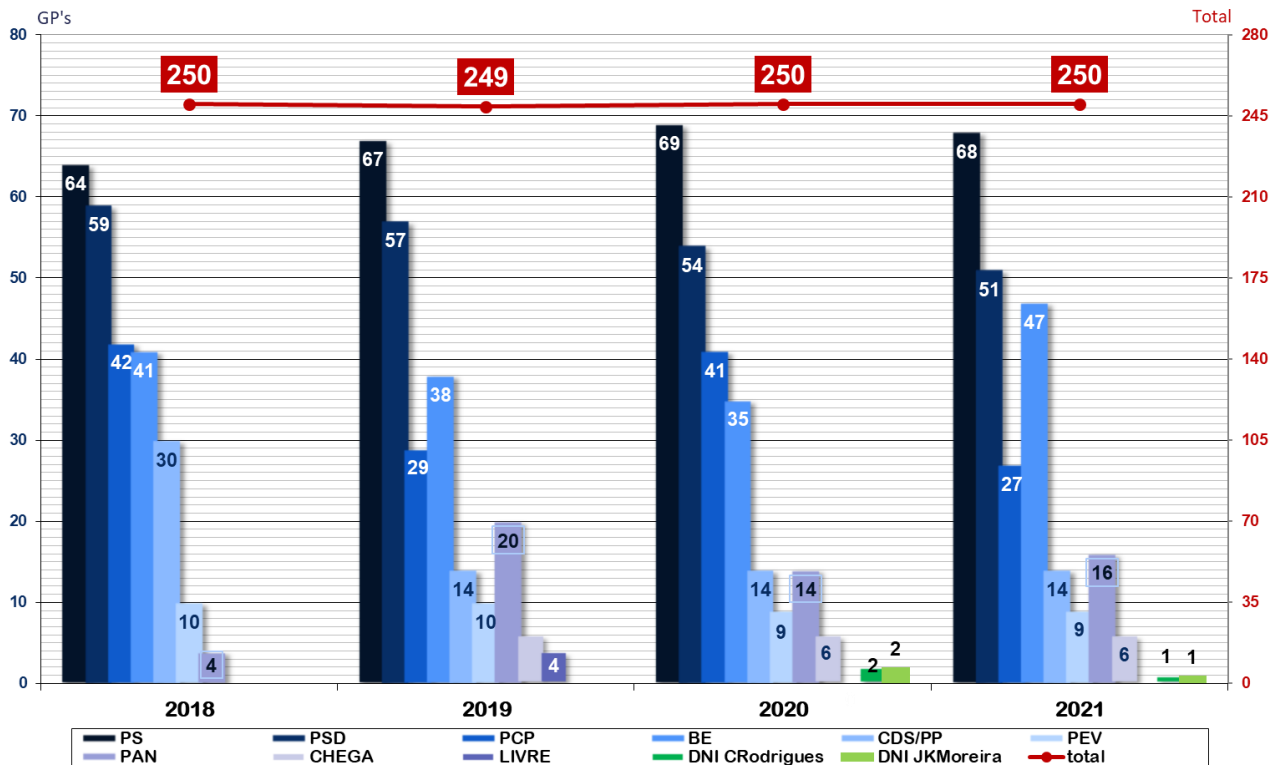
Assinala-se o maior **acréscimo** na subatividade “**Receção de Delegações e Entidades Oficiais**” (444.980,57€), logo seguido pelo **acréscimo nas “Comissões Parlamentares”** (313.908,20€), “**Deslocações ao Estrangeiro**” (153.142,78€), “**Gabinete de Apoio ao PAR**” (132.556,12€), “**Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares**” (115.724,24€) e ainda no “**Parlamento Jovem**” (68.069,72).

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por GP/DURP/ NINSC, à data de 31 de dezembro é apresentada no Gráfico 3.

A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos GP/DURP/NINSC, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP, DURP e NINSC



Refira-se que os encargos sociais acarretam um custo não incluído no *plafond* atribuído aos GP/DURP/NINSC, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal, conforme valores que, de seguida, se apresentam:

Ano	ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIO	Var% anual
2015	1 442 402,39	4,0%
2016	1 518 982,76	5,3%
2017	1 526 993,35	0,5%
2018	1 553 734,08	1,8%
2019	1 567 012,33	0,9%
2020	1 555 502,92	-0,7%
2021	1 567 080,13	0,7%

2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2021, que abrangeu partes das 2.^a e 3.^a Sessões Legislativas da XIV Legislatura, funcionaram **18 Comissões Parlamentares**, sendo 14 especializadas permanentes, 2 eventuais e 2 de inquérito parlamentar.

Comissões Parlamentares Permanentes

1.ª – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2.ª – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3.ª – Comissão de Defesa Nacional
4.ª – Comissão de Assuntos Europeus
5.ª – Comissão de Orçamento e Finanças
6.ª – Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
7.ª – Comissão de Agricultura e Mar
8.ª – Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto
9.ª – Comissão de Saúde
10.ª – Comissão de Trabalho e Segurança Social
11.ª – Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território
12.ª – Comissão de Cultura e Comunicação
13.ª – Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local
14.ª – Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

Comissões Eventuais

Comissão Eventual para a Revisão Constitucional
Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social

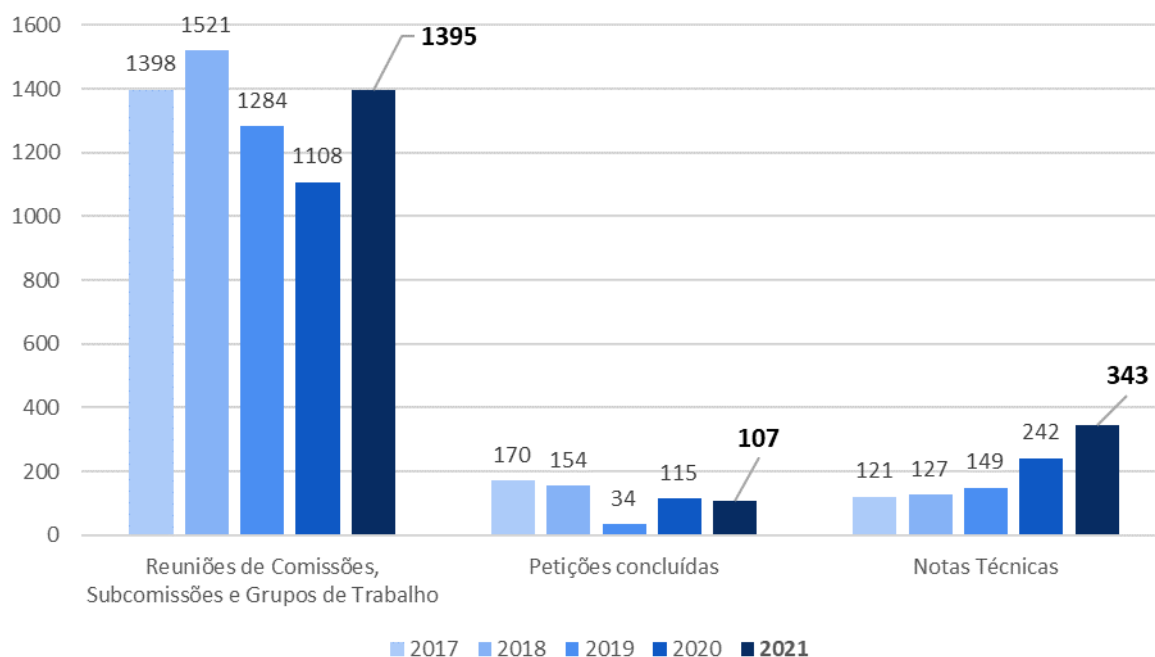
Comissões de Inquérito Parlamentar

Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior
Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução

À semelhança do ocorreu nos restantes serviços, a atividade das Comissões foi, em 2021, naturalmente afetada pela pandemia causada pela COVID-19. Ainda assim, mesmo em tempos de confinamento, as Comissões encontraram novos modelos de funcionamento, substituindo ou complementando os trabalhos presenciais com o recurso à videoconferência.

Verifica-se, assim, que em 2021 as Comissões, Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **1.395 reuniões**, num total de **5.091 horas**. Realizaram-se **817 audições**, das quais **160** contaram com a participação (presencial ou por videoconferência) de membros do Governo. Foram ainda concedidas **134 audiências** (presenciais ou por videoconferência).

Gráfico 5 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES, PETIÇÕES E NOTAS TÉCNICAS



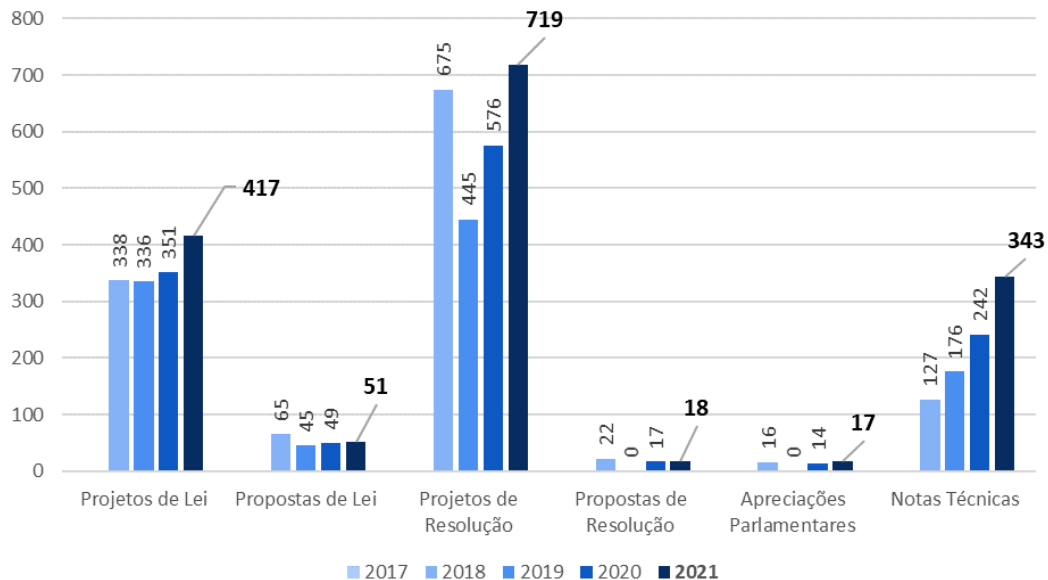
De referir, ainda no que concerne ao ano em análise, que ao normal fluxo de trabalho acresceu a execução da **Dimensão Parlamentar da Presidência do Conselho da União Europeia (ARPPUE)**, no primeiro semestre, que envolveu 10 comissões parlamentares e no âmbito da qual foram organizados **27 eventos**, dos quais **9 reuniões interparlamentares** e os restantes **18 reuniões** com a participação das Comissões ou dos seus Presidentes, em particular o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus.

Acresce referir que funcionaram **37 Grupos de Trabalho** constituídos no âmbito das diversas comissões permanentes e a 2 Subcomissões: a Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, criadas no âmbito da 1ª Comissão (CACDLG).

No decurso de 2021, as Comissões e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação organizaram **44 eventos**, aqui se incluindo os promovidos no âmbito da ARPPUE. De referir, que tal como a restante atividade, também esta se realizou, maioritariamente, por videoconferência, em exclusivo ou em complemento da opção presencial.

No seu conjunto as Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho participaram em território nacional e no estrangeiro em **88 reuniões externas**, sendo que **66 foram presenciais** e **22 por videoconferência**, devido às restrições de circulação impostas pela pandemia de COVID-19.

Gráfico 6 – EVOLUÇÃO PROCESSO LEGISLATIVO



No que ao **exercício do direito de petição** diz respeito constata-se que, durante o ano de 2021, foram recebidas e registadas pela Assembleia da República **152 petições**, 39 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, sendo que, no cômputo geral, 38 foram objeto de entrega presencial, 10 enviadas por correio, 8 enviadas por via eletrónica e 96 apresentadas pela plataforma de Submissão de Petições. **Foi concluída em comissão a apreciação de 107 petições.**

2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre sublinhar, para enquadramento, os principais cargos exercidos por deputados da Assembleia da República em organizações parlamentares internacionais, com destaque para o Deputado Pedro Roque (PSD), Presidente Emérito da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, e do Deputado Duarte Pacheco (PSD), Presidente da União Interparlamentar.

Também no âmbito da União Interparlamentar (UIP) a Deputada Hortense Martins foi eleita em 2019 para a Comissão de Assuntos para o Médio Oriente no âmbito do Grupo Geopolítico dos 12+, e a Deputada Constança Urbano de Sousa foi eleita em 2021 para a Comissão dos Direitos Humanos dos Parlamentares pelo Conselho Diretivo da organização.



No âmbito da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE) destaca-se o cargo do Deputado Luís Leite Ramos (PSD), reeleito em 2021, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável e da Deputada Edite Estrela (PS), reeleita Vice-Presidente da mesma Comissão; o Deputado Paulo Pisco (PS) exerceu o cargo de Presidente da Subcomissão das Diásporas e da Integração e o Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) de Presidente da Subcomissão de Educação, Juventude e Desporto. O Deputado Luís Leite Ramos (PSD) foi ainda reeleito Representante da Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media no Bureau do Centro Europeu de Interdependência Global e Solidariedade (Centro Norte-Sul) e Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE) da APCE.

A Deputada Ana Catarina Mendes (PS) foi a parlamentar de referência na Aliança Parlamentar contra o Ódio (*No Hate Parliamentary Alliance*) e a Deputada Edite Estrela (PS) na Rede Parlamentar pelo Direito das Mulheres a Viverem Livres de Violência.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO) por ocasião da Sessão Anual de 2021, realizada em Lisboa, o Deputado Marcos Perestrello (PS) foi eleito Presidente da Subcomissão para as Parcerias da NATO, a Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) foi reeleita Vice-Presidente de Subcomissão para a Transição e Desenvolvimento e a Deputada Lara Martinho (PS) foi nomeada Relatora Especial da Comissão de Defesa e Segurança.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM), destacam-se os cargos exercidos pelo Deputado Bruno Coimbra (PDS), Presidente da Comissão de Energia, do Ambiente e da Água e pela Deputada Isabel Oneto (PS), Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Políticos, da Segurança e do Direitos Humanos.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), o Deputado Luís Moreira Testa (PS) presidiu à 2ª Comissão – Economia, Ambiente e Cooperação de 2018 a 2021. O Deputado Paulo Rios de Oliveira é, desde junho de 2021, o Vice-Presidente da mesma Comissão.

Perante o exposto, constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subatividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Grupos Parlamentares de Amizade**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação Parlamentar**”):

Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES

	2018	2019	2020	2021
N.º de deslocações	681	548	116	304
Despesa assumida	1 196 992	1 182 576	181 503	474 029
Despesa/deslocação	1 758	2 158	1 565	1 559



Importa ainda referir que, em 2021, as deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, evidenciam um aumento na despesa global em comparação com o ano transato, em resultado do alívio das restrições impostas às deslocações na sequência da crise pandémica,

Por fim, é de referir que no ano de 2021 funcionaram 45 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” (**GPA**), no âmbito **bilateral**, e 2 Grupos Parlamentares de Amizade no quadro **multilateral**, nos quais se efetuaram 116 reuniões e 1 missão oficial.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº de Grupos existentes	50	51	52	53	45	47
Nº de Reuniões realizadas	228	144	127	73	0	116

2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se **63** eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se **1** cerimónia de boas-vindas, **42** eventos, além de visitarem a Assembleia da República **14** delegações internacionais.

No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de **2** sessões solenes, **12** cerimónias de tomada de posse, **24** iniciativas de organizações da sociedade civil ou da própria Assembleia da República e **6** cerimónias comemorativas, de homenagem e de inauguração.

O **Presidente da Assembleia da República** concedeu **21** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Os Vice-Presidentes da Assembleia da República em representação do Presidente da Assembleia da República concederam **19** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras

2.5 Parlamento dos Jovens

O **Programa Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República inserida no âmbito da educação para a cidadania, que se dirige aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa.

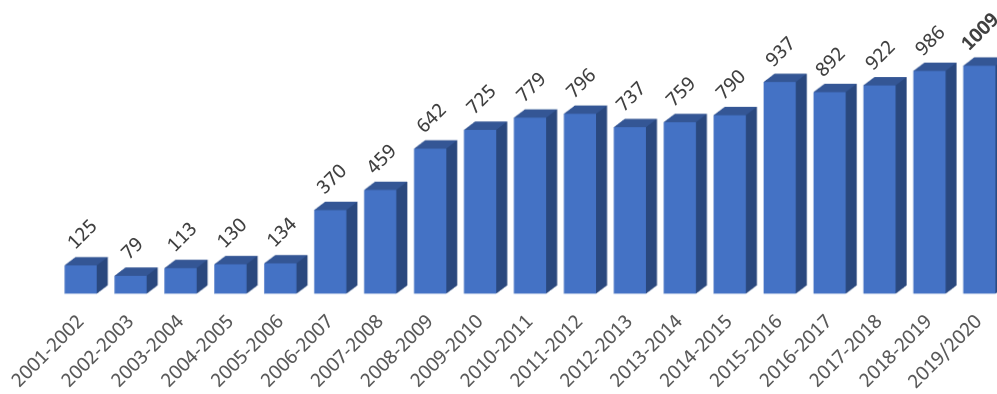
As atividades desenvolvidas no ano 2021 enquadram-se na edição 2019/2021, que, pelo impacto da pandemia gerada pelo surto de Covid-19, se prolongou no tempo e viu adaptada toda a sua atividade face aos condicionalismos que daí decorreram.

Do ponto de vista desta análise, **é importante salientar que a realização virtual de grande parte das Sessões Distritais e da quase totalidade dos participantes nas Sessões Nacionais levou a uma taxa de execução muito menor do que o previsto**, tendo, contudo, a Assembleia da República assumido as despesas de deslocação e alimentação dos participantes nestas últimas, nos termos do Protocolo existente com os parceiros desta iniciativa.

Dando continuidade ao debate sobre o tema "Violência doméstica e no namoro", em 2021 foram retomadas as atividades interrompidas no ano anterior, com as escolas que se encontravam a participar aquando da interrupção, prosseguindo com a realização de 20 Sessões Distritais e das Sessões Nacionais.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da inscrição de escolas desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário.

Gráfico 7 – Evolução de inscrições no Programa Parlamento dos Jovens



O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no Programa nos últimos três anos, evidenciando o mesmo reconhecimento do interesse desta iniciativa, por parte das escolas.

Quadro 9.1 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS

EDIÇÃO	ENSINO BÁSICO						ENSINO SECUNDÁRIO						TOTAIS					
	2017	2018	2018	2019	2019	2021	2017	2018	2018	2019	2019	2021	2017	2018	2018	2019	2019	2021
Escolas inscritas	463	512			516		459	474			493		922	986			1 009	
Turmas envolvidas	2 445	2 525			2 713		2 228	2 342			2 384		4 673	4 867			5 097	
Participantes nas listas eleitorais	15 801	18 321			18 528		10 836	11 545			12 262		26 637	29 866			30 790	
Votantes: eleições sessões escolares	97 633	109 147			112 419		70 332	68 645			77 689		167 965	177 792			190 108	
Deputados eleitos: sessões escolares	8 434	9 554			9 484		6 659	7 042			7 532		15 093	16 596			17 016	
Deputados eleitos: sessões distritais/regionais	1 458	1 556			1 547		1 425	1 450			1 539		2 883	3 006			3 086	
Escolas eleitas: sessão nacional	66	66			66		65	65			66		131	131			132	
Deputados eleitos: sessão nacional	132	132			132		130	130			132		262	262			264	

Os Deputados da Assembleia da República participam anualmente nas três fases do Programa: debates nas escolas, Sessões Distritais/Regionais e Sessões Nacionais.

Pelas circunstâncias extraordinárias em que decorreram as atividades da Edição 2019/2021 do Programa, e numa perspetiva de apresentação global da informação, mantém-se, no quadro abaixo, o registo da participação na edição 2019/2021, com destaque para as atividades concretizadas em 2021 – 20 Sessões Distritais e as Sessões Nacionais, do Básico e do Secundário.

Quadro 9.2 – PARTICIPAÇÃO DE DEPUTADOS NA EDIÇÃO 2019/2021 DO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS

Fases	GP											TOTAIS
	PS	PSD	BE	PCP	CDS-PP	PAN	PEV	IL	CH	L		
Debates nas escolas	217	178	41	23	6	13	7	2	0	0		487
Sessões Distritais/Regionais	20	13	3	2	0	1	1	0	0	0		40
Sessões Nacionais	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0		16
TOTAL	239	193	46	27	8	16	10	4	0	0		543

¹⁾ Os dados relativos às Sessões Distritais/Regionais são referentes aos anos 2020 e 2021. Estas sessões ocorreram em duas fases distintas: na primeira, em 2019/2020, em regime presencial, foram realizadas 20 sessões; na segunda, já em 2021, foram realizadas por videoconferência as restantes 20 sessões, tendo os Deputados da Assembleia da República marcado presença em todas elas.

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subactividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2021, englobam essencialmente os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos suportados por esta subatividade, num total de 186.385,54€, apresenta uma variação positiva de 2,1% (3.830,61€) em 2021, refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais das quais a Assembleia da República é membro, bem como em outras pequenas despesas, nos seguintes termos:

Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS e OUTRAS DESPESAS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS	2020	2021	Var%
UIP	53 111,64	50 822,80	-4,3%
UIP – Grupo Doze Mais	536,00	536,00	0,0%
APCE	10 000,00	10 000,00	n.a.
APNATO	38 827,00	41 886,00	7,9%
APOSCE	32 271,00	35 701,00	10,6%
ASG UIP	416,27	407,26	-2,2%
APM	41 470,00	41 470,00	0,0%
Secretariado COSAC	2 206,79	2 060,36	-6,6%
Várias	3 716,23	3 502,12	-5,8%
Total	182 554,93	186 385,54	2,1%

3. Atividades de Apoio

No ano de 2021, a gestão das várias **“Atividades de Apoio”** continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos; à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, da qualidade de informação, e do tempo de resposta; ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes, com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações; à conservação do património imobiliário da AR, com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas que tornem a AR ambientalmente sustentável e eco eficiente, acrescendo as medidas tomadas no âmbito da prevenção da pandemia.

Conforme Quadro 4 supra, as **“Atividades de Apoio”** corresponderam, em 2021, a 44% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade **“Serviços da Assembleia da República”**, por onde são pagos as remunerações e os encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa desta atividade, com 66,1% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 11).

Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

ATIVIDADES DE APOIO	OAR2021 Corrigido 1	Encargos assumidos		
		Montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/2)
Serviços da Assembleia da República	22 050 266,00	21 087 017,41	95,6%	66,1%
Gabinete do Secretário-Geral	667 615,00	651 029,17	97,5%	2,0%
Formação	262 240,00	113 988,78	43,5%	0,4%
Ação Social	409 110,00	364 082,47	89,0%	1,1%
Despesas de Funcionamento	13 399 855,58	9 497 642,35	70,9%	29,8%
Gabinete Médico	229 338,00	209 655,50	91,4%	0,7%
TOTAL	37 018 424,58	31 923 415,68	86,24%	100,0%

Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

ATIVIDADES DE APOIO	Encargos Assumidos		
	2020	2021	Var%
Serviços da Assembleia da República	19 801 915,39	21 087 017,41	6,5%
Gabinete do Secretário-Geral	614 296,38	651 029,17	6,0%
Formação	93 431,45	113 988,78	22,0%
Ação Social	241 610,12	364 082,47	50,7%
Despesas de Funcionamento	8 576 548,75	9 497 642,35	10,7%
Gabinete Médico	152 554,29	209 655,50	37,4%
TOTAL	29 480 356,38	31 923 415,68	8,3%

O acréscimo de 8,3% dos encargos assumidos com as **“Atividades de Apoio”** face a 2020 (Quadro 12) reflete, sobretudo, o aumento de 6,5% de encargos ao nível da subatividade **“Serviços da Assembleia da República”** (representa em termos absolutos mais 1.285.102,02€), e o aumento de

encargos das “**Despesas de Funcionamento**” em 10,7% (representa em termos absolutos mais 921.093,60€), sendo que as restantes subatividades também apresentaram acréscimos).

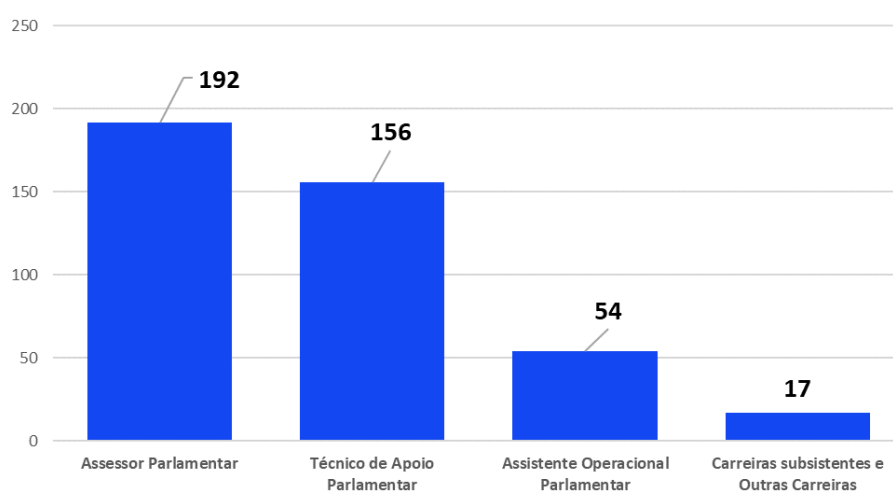
No que respeita aos “**Serviços da Assembleia da República**” regista-se em 2021: a entrada de 9 assessores parlamentares e de 28 técnicos de apoio parlamentar todos em regime de estágio probatório; na sequência de Parecer AJAR 224-1/2021 da Senhora Auditora Jurídica, homologado por S. Exa. o Presidente da Assembleia da República em 18 de maio de 2021, o pagamento de retroativos da diferença da remuneração suplementar deste outubro de 2016, incluindo a ex-funcionários; e a atualização das remunerações para as primeiras quatro posições remuneratórias (1% até aos 800 euros, e 3% para as restantes três posições remuneratórias).

3.1 Gestão dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se **419 funcionários em efetividade de funções** nos serviços da Assembleia da República, aqui se incluindo 10 trabalhadores em regime de cedência de interesse público (dos quais 3 a desempenhar funções na UTAO).

Apresenta-se, de seguida, o gráfico de distribuição dos efetivos por carreiras, conforme estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Parlamentares – Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, alterada pela Lei n.º 103/2019, de 6 de setembro.

Gráfico 8 - MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP



A carreira de assessor parlamentar é a que mais se destaca com 192 efetivos e uma representatividade de cerca de 46% do total de funcionários dos Serviços da Assembleia da República. Aqui se incluem todos os assessores parlamentares que se encontram nomeados em comissão de serviço em funções dirigentes.

Na carreira de assistente operacional parlamentar estão incluídos os sete encarregados operacionais parlamentares, nomeados em comissão de serviço.

Para além deste mapa de efetivos, é ainda de registar quatro prestações de serviços médicos.

Por outro lado, nas Entidades Administrativas Independentes, cujos orçamentos integram o OAR, em 31 de dezembro de 2021 encontravam-se a prestar funções 11 trabalhadores conforme quadro infra:

ENTIDADE	N.º FUNCIONÁRIOS
CJP – Conselho dos Julgados de Paz	6
CNFBD-ADN - Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN	1
CNPMA – Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida	3
EFSE – Entidade Fiscalizadora dos Segredos de Estado	1

Durante o ano de 2021, ingressaram no mapa de pessoal, após admissão em procedimento concursal, 9 assessores parlamentares e 28 técnicos de apoio parlamentar, todos em regime de estágio probatório.

3.2 Formação

No que se refere à **Formação Profissional** realizaram-se **15.167 horas de formação**, abrangendo todas as carreiras. Este volume de horas de formação corresponde a 62 ações de formação realizadas ao longo de 2021.

Horas de Formação Por Carreira	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Formação Interna	1.365	1344		60	2.769
Formação externa	9.096	2853	189	260	12.398
Total	10.461	4.197	189	320	15.167

O volume de horas de formação teve um incremento de 60% face a 2020, onde se tinha registado 9.495 horas. Este aumento deveu-se ao aumento do número de formações com maior duração, tendo-se mesmo verificado uma diminuição (-3) do número de ações de formação.

A maioria das ações de formação foi realizada em formato online-training, com recurso à videoconferência. Algumas ações foram realizadas em regime misto – sessão presencial com transmissão via Teams. Registou-se apenas 3 ações em formato de e-learning.

3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

No que toca à difusão dos trabalhos e atividades parlamentares através do **Canal Parlamento**, o número de horas de gravação e difusão em direto destas reuniões registou ligeiro decréscimo em 2021 – 313 horas (contra 345 horas em 2020).

Por outro lado, foram gravadas e transmitidas 1130 horas de reuniões de comissões e 68 horas de outros eventos ou cerimónias, num total de 1198 horas, transmitidas em direto na plataforma digital WebTV (www.canal.parlamento.pt), valor inferior ao de 2020.

Na Televisão Digital Terrestre (TDT) mantiveram-se as 3.100 horas de emissão decorrentes do contratualizado entre a Assembleia da República e a concessionária do serviço de teledifusão nacional, o perfaz um **total de 4.611 horas de gravação e transmissão de trabalhos parlamentares** em todas as plataformas ao dispor da AR TV.

A face digital do Parlamento continua a ser o **portal Internet** da Assembleia da República - www.parlamento.pt - que registou em 2021 um **número total de visualizações de páginas 5 686 808**, o que representa uma média mensal de 473 901, significando **um aumento de 25,46% relativamente ao ano anterior**.

O **portal da Internet** da Assembleia da República - www.parlamento.pt - registou 4 792 618 acessos em 2021, o que representa uma média mensal de 399 385, significando uma diminuição de 15,7% relativamente ao ano anterior, justificável pela diminuição de consultas a partir da rejeição do Orçamento do Estado para 2022 e da dissolução da Assembleia da República.

Em relação aos **perfis da Assembleia da República nas redes sociais** (no Facebook, no Instagram, no Youtube e no LinkedIn), acentuou-se em todos o aumento **do número de seguidores e de interações**, consequência da cada vez maior diversificação dos conteúdos produzidos, alguns dos quais especificamente dedicados a estas plataformas. Foi ainda criada uma página no Twitter para divulgação dos agendamentos parlamentares.

Pela relevância que têm na divulgação da imagem do Parlamento e pelo facto de representarem parte dos custos anuais com comunicação, salienta-se a conceção e produção, em 2021, de **50 vídeos de divulgação de conteúdos** sobre a atividade, a história e o património parlamentares.

No âmbito da atividade cultural, as **visitas ao Palácio de São Bento** continuam a assumir um papel importante porquanto apresentam o Parlamento e o Palácio de São Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

O ano de 2021 foi, mais uma vez, um ano atípico em que se cumpriu o Plano de Contingência da Assembleia da República (AR) para a doença por Covid-19, pelo que as atividades que requeriam a presença física no Parlamento e o contacto direto com o cidadão, foram as que mais se ressentiram, não só as visitas guiadas ao Palácio, bem como a comemoração de eventos culturais, com especial relevo para as comemorações do 25 de abril e as Jornadas Europeias do Património.

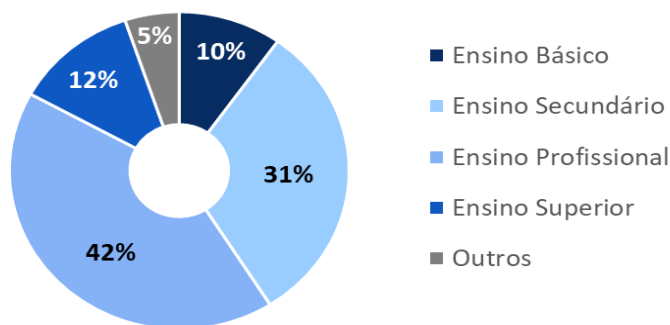
Para a divulgação da atividade parlamentar e do património artístico da AR, à semelhança de outras instituições, houve que recorrer a outras formas de aproximação ao cidadão. Nesta fase de preponderância do mundo digital, foi criada uma nova abordagem de visitas: as **visitas guiadas virtuais**, aproveitando um instrumento já disponível no site do Parlamento, a **Visita Virtual 360**.

A partir do mês de setembro as visitas presenciais direcionadas a grupos organizados de cidadãos e grupos escolares (a partir do 9.º ano de escolaridade inclusive), passaram a realiza-se a grupos com o máximo de 15 pessoas às segundas-feiras de manhã e de tarde e às sextas-feiras à tarde, mediante inscrição prévia, através do formulário disponível no site do parlamento.

Assim sendo, no ano de 2021 foram realizadas 27 visitas presenciais com um total de 496 visitantes e 25 visitas virtuais com um total de 592 visitantes.

Distribuição das visitas por grupos de Público-alvo

	Nº de Visitas	Nº de Visitantes
Presenciais	27	496
Virtuais	25	592
TOTAL	52	1088



3.4 Funcionamento dos SAR

3.4.1. Os objetivos estratégicos para 2021 continuaram a centrar-se em **Melhorar a capacidade de resposta e eficiência**", "**Melhorar a comunicação**" e "**Garantir melhores condições de trabalho com ecoeficiência**", procurando dar-se cumprimento aos seguintes objetivos:

- Reforçar a utilização de métodos de trabalho de equipa;
- Implementar metodologias e ferramentas de qualidade;
- Promover o desenvolvimento das capacidades dos funcionários parlamentares;
- Simplificar e melhorar procedimentos aplicados à contratação pública e à gestão de contratos;

- Otimizar o tempo de resposta e outputs;
- Promover uma melhor comunicação interna;
- Melhorar a segurança e qualidade da informação;
- Melhorar a comunicação com os *Stakeholders* externos.

3.4.2. No que se refere à **política ambiental**, consubstanciada no objetivo de transformar a AR numa organização ambientalmente sustentável e eco eficiente foi dada continuidade à implementação dos Planos de Gestão Sectoriais, a saber: Plano de Gestão de Resíduos (aprovado em novembro/2017), Plano para a Implementação de Critérios Ambientais nos Processos de Aquisição da AR (aprovado em abril/2018), Plano de Gestão de Energia (aprovado em novembro de 2018) e Plano de Gestão da Água de Consumo (aprovado em março de 2020).

Em 2021, foram desenvolvidas e concretizadas novas atividades, salientando-se as seguintes:

- Criação de circuito dedicado à participação permanente na campanha "Papel por Alimentos", do Banco Alimentar Contra a Fome, com envio de perto de 2 toneladas de papel em 2021;
- Início de projeto relativo ao cálculo e implementação de metodologia para a determinação da Pegada Ecológica da Assembleia da República;
- Elaboração do Programa de Neutralidade Carbónica da Assembleia da República (aprovado em dezembro/2021);
- Início de projeto para a implementação de uma solução fotovoltaica para autoconsumo dos edifícios da AR sites na Av. D. Carlos I;
- Participação da Assembleia da República na Hora do Planeta de 2021 (março de 2021);
- Elaboração e execução, com o ICNF, do projeto de arborização de 1,8ha da Mata de Leiria, no âmbito das atividades associadas à AR-PPUE2021; e
- Criação de relatórios ambientais anuais e intercalares.

Da contínua implementação dos planos de gestão setoriais, destaca-se o envio para destino final adequado de perto de 25 toneladas de resíduos (vide gráfico1) tendo-se ainda concluído a fase 3 (e última) da rede de recolha seletiva de resíduos urbanos em todos os edifícios da AR.

Gráfico 9 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS ENVIADOS ANUALMENTE PARA DESTINO FINAL ADEQUADO



Por último, relativamente ao trabalho de promoção de ações internas de sensibilização ambiental destaca-se a formação em gestão ambiental do módulo inicial de formação aos assessores parlamentares e técnicos de apoio parlamentar e ainda o trabalho realizado pela Equipa Ambiente que, em 2021, se focou no acompanhamento da ARPPUE 2021 e da fase final de implementação da rede separativa de resíduos.

3.4.3. No que respeita à **Biblioteca Passos Manuel**, foram recebidos 722 pedidos no ano de 2021 e foram emprestados 2.902 documentos (gráfico 9), sendo que no final do ano existiam no catálogo um **total de 136.897 registos** bibliográficos, dos quais: 535.975 são registos de monografias, 3.456 são registos de séries e 77.515 são registos de analíticos (artigos de publicações em série e de monografias) (Gráfico 10).

Gráfico 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS À BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

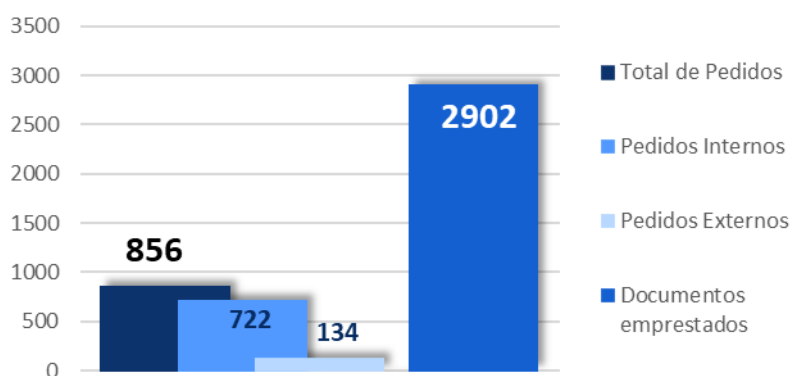
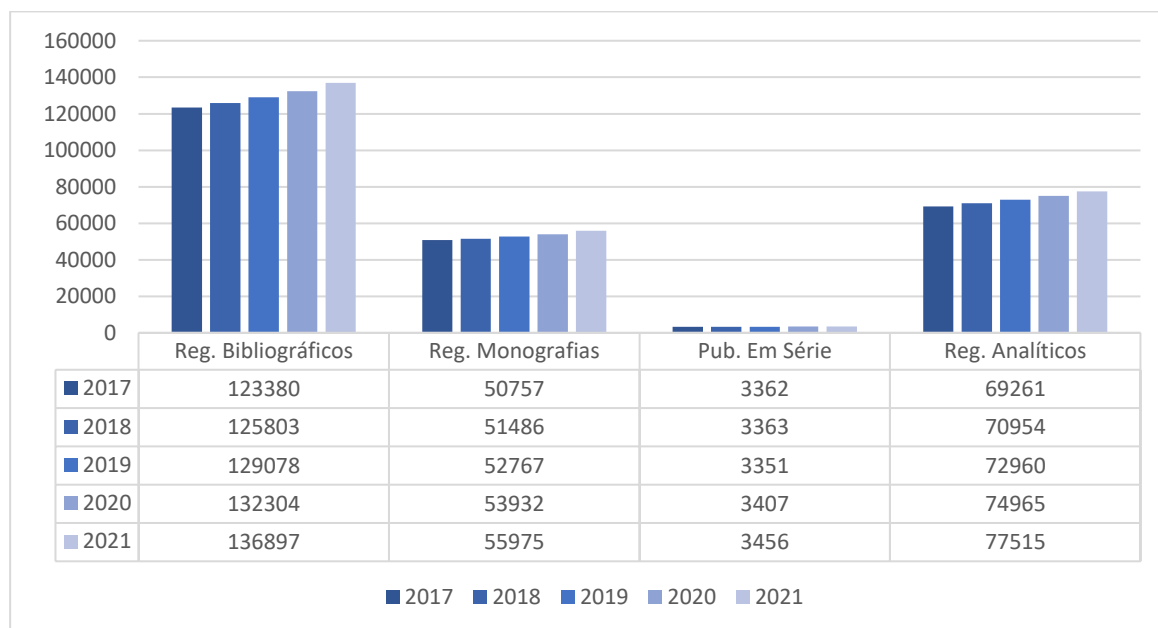


Gráfico 11 – EVOLUÇÃO DO Nº DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA



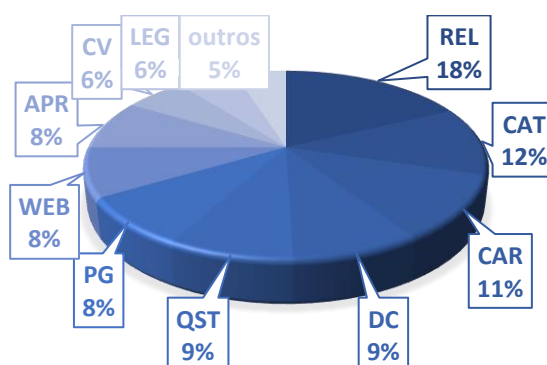
3.4.4. No que respeita à atividade do **Arquivo Histórico Parlamentar**, registamos o conjunto de ações mais relevantes relacionadas com os serviços prestados aos leitores internos e externos e com o número de reportagens fotográficas incorporadas, cujas imagens são objeto de cedência (e geram despesa na aquisição de serviços de fotografia e receita aquando da cedência das mesmas). Neste ano de 2021, as reproduções digitais de documentos, tal como está indicado no gráfico abaixo, representam a maioria das solicitações:

Gráfico 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES AO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR



3.4.5. A atividade do Núcleo de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2021, nas vertentes de tradução, retroversão e revisão de textos em sete línguas de trabalho (português, inglês, francês, espanhol, russo, alemão e árabe), num total de 424 pedidos que correspondem a 2 108 páginas. Quanto às tipologias dos documentos objeto de pedidos de tradução, houve um grande aumento do número de pedidos de relatórios face ao período homólogo, seguindo-se, por ordem decrescente: catálogos (peças do museu da AR e outros, esquemas, entre outros), cartas, discursos, programas, questionários, apresentações, conteúdos para páginas Web (Assembleia da República e Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia), *curricula*, legislação e outros (ementas, pareceres, publicações).

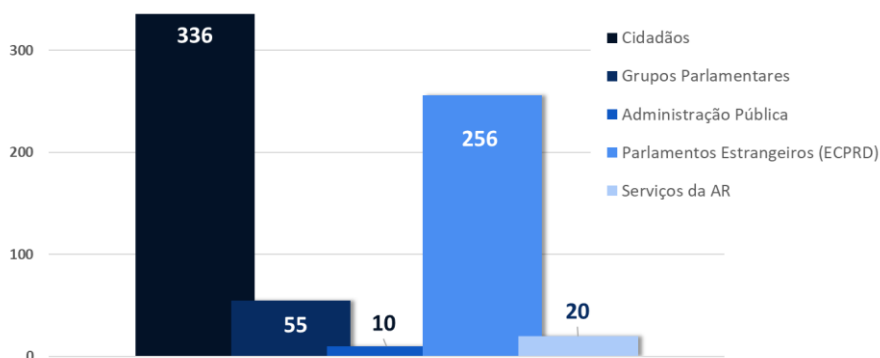
Gráfico 13 – TIPOLOGIA DE DOCUMENTOS



APR = apresentações; CAR = carta; CAT = catálogos/modelos; CV = *curricula*; DC = discursos; LEG = legislação; PG = programas; QST = questionários; REL = relatórios; WEB = site; outros = ementas, pareceres, publicações

3.4.6. Durante o ano de 2021, foi prestada **informação no âmbito da legislação nacional e estrangeira**, a utilizadores internos e externos, que correspondeu no total a 677 respostas.

Gráfico 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR



3.4.7 – Despesa realizada no âmbito do COVID-19

Cabe ainda nesta sede informar sobre o valor das aquisições efetuadas pela Assembleia da República, durante o ano de 2021, para a prevenção da doença provocada pelo COVID -19, que foi de **174.891,75€** (c/IVA) e se distribuiu conforme quadro infra.

Quadro 13 – DESPESA NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E MITIGAÇÃO DO COVID-19

Descrição	Montante	(%)
Aquisição de testes COVID-19	102 827,70	58,8%
Aquisição de serviços audiovisuais, multimédia e produção de eventos, plataforma eletrónica de videoconfª, interpretação simultânea remota integrada(AR-PPUE)	23 800,93	13,6%
Aquisição de doseadores de desinfeção	12 404,09	7,1%
Aquisição de materiais para prevenção (EPIS, mascaras, luvas,)	8 092,54	4,6%
Aquisição de medidores de temperatura	6 795,75	3,9%
Aquisição de soluções à base de álcool	6 794,92	3,9%
Aquisição de suportes em acrílico para proteção de alguns postos de trabalho	4 717,67	2,7%
Aquisição de detergentes e desinfetantes	2 756,44	1,6%
Tratamento de resíduos das salas de isolamento	2 003,15	1,1%
Equipamentos de purificação do ar	1 627,29	0,9%
Aquisição de vacinas para a gripe sazonal	1 503,12	0,9%
Aquisição de equipamentos e materiais para as salas de isolamento	1 065,90	0,6%
Outros	255,00	0,1%
Aluguer de tapetes desinfetantes	198,65	0,1%
Aquisição de sinalética	48,60	0,0%
TOTAL	174 891,75	100%

4 – Atividade Editorial

Num ano ainda marcado por uma acentuada redução nas atividades de âmbito cultural na Assembleia da República (com grande impacto nos lançamentos de livros e organização da “Pausa na Livraria”), em consequência das restrições impostas pela situação pandémica, a vertente editorial cumpriu, ainda assim, a generalidade dos objetivos previstos na sua programação. Em 2021, **foram publicadas 13 obras**, das quais dez edições em papel, uma com edição em papel e em formato eletrónico e duas publicadas exclusivamente em formato eletrónico.

No âmbito da conceção de imagens, de conteúdos e materiais gráficos para eventos organizados pelo Parlamento (onde se incluem brochuras, folhetos, convites, cartazes, anúncios, programas, telas, *roll ups* e outros suportes de difusão da informação, impressos e/ou digitais), e dado o aumento de iniciativas realizadas por videoconferência, verificou-se um aumento significativo da atividade da Divisão de Edições nesta área, tendo-se, por outro lado, concretizado a transferência destas competências para o Gabinete de Comunicação, a partir de outubro de 2021.

Durante o ano de 2021 **foram editadas 30 novas peças** (porcelanas e papelaria) para venda na Livraria Parlamentar e para ofertas institucionais, tendo sido realizadas **8 reedições de peças com maior sucesso comercial**, bem como duas agendas para 2022.

No que se refere ao desempenho comercial (publicações e peças), **o volume de vendas registou um aumento de 30,17% face a 2020**, tendo totalizado um valor líquido de 45.821,27€.

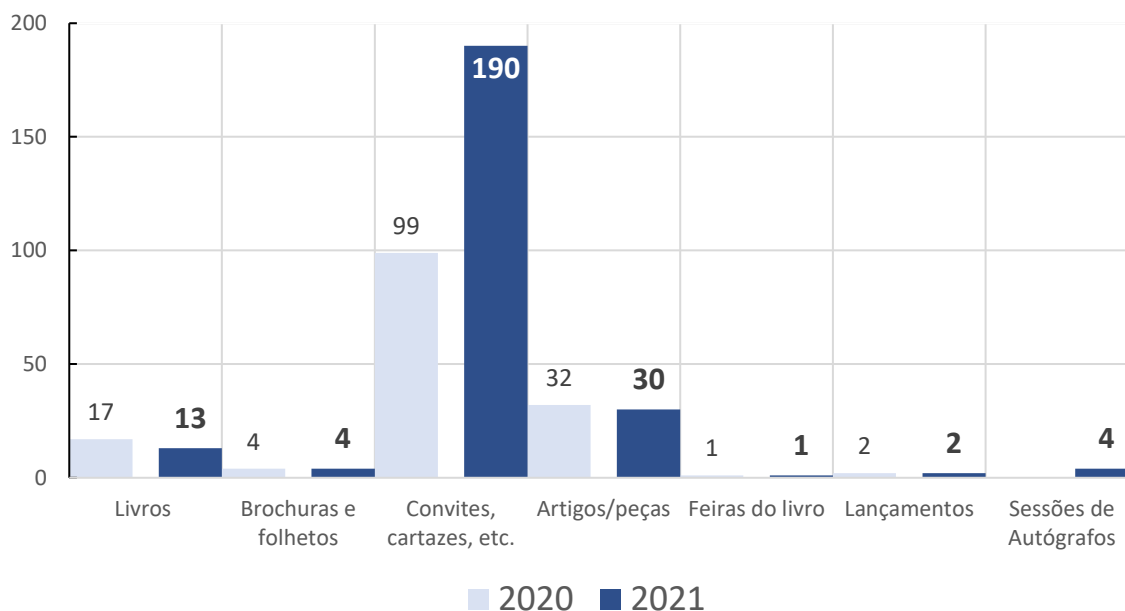
Refira-se também **a participação da Assembleia da República na Feira do Livro de Lisboa**, que este ano foi, tal como no ano anterior, adiada, tendo decorrido de 26 de agosto a 12 de setembro. Em termos de afluência de visitantes, registou-se uma recuperação significativa, tendo a APEL estimado a presença de cerca de 350 mil pessoas, ainda assim, cerca de metade do público das anteriores edições. O limite de pessoas no recinto foi em 2020 e 2021, respetivamente, de 3300 e de 5500 pessoas.

Apesar disso, **foram vendidos**, por esta ocasião, um total de 1134 artigos, **mais 64,6% do que em 2020**, o que representa **um aumento de 51,3% nas saídas de livros e de 50,7% na quantidade de peças e artigos de merchandising** comercializados. O valor total de vendas registado no pavilhão da AR (8.219,56€), representa um **aumento de 45% em relação ao ano anterior, sendo o maior volume de vendas desde que há registos na AR**, o que consolida não só a recuperação face ao ano pandémico, como também reforça a trajetória de crescimento dos últimos anos, em resultado do posicionamento estratégico adotado.

Quadro 14 - ATIVIDADE EDITORIAL 2021

Livros	
Impressos	10
Impressos e digitais (e-book)	1
Digitais (e-book)	2
Material promocional e de apoio a eventos	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios, cartazes	194
Agendas	2
Peças	
Porcelanas, peles, cortiças, papelaria, cristal, estanho...	30 (8 reedições)
Agendas	2
Exposições	
Organização e colaboração (inclui apoio a itinerâncias)	0
Feiras do livro	
Lisboa e Livraria Parlamentar	1
Lançamento de livros	
Edições AR	1
Outras editoras	1
Sessões de autógrafos	
Edições AR	4

Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL 2020-2021



5. Cooperação Interparlamentar

5.1. Bilateral

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com três Parlamentos de Língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) – 1 ação (por videoconferência);**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 6 ações (por videoconferência);**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 6 ações (por videoconferência).**

5.2. Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral e, no quadro das atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), aprovadas para o biénio 2020-2021, devido ao contexto de pandemia da Covid-19, a Assembleia da República foi novamente forçada a cancelar a organização do VII Curso de Formação Interparlamentar que deveria ter tido lugar em Lisboa, até ao final do ano.

No âmbito deste programa de atividades, Assembleia da República participou no IV Encontro de Quadros das Áreas de Relações Públicas, Protocolo e Relações Internacionais sobre o tema “Estruturação dos eventos no âmbito da ASG-PLP”, que decorreu em setembro, por videoconferência, com organização do Senado Federal e da Câmara dos Deputados do Brasil.

No quadro da parceria estabelecida com a INTER PARES e com o objetivo de definir o plano de trabalho desta parceria, a Assembleia da República participou numa sessão de trabalho, por videoconferência, que contou com a participação da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Assembleia da República de Portugal, Comissão Europeia, Delegação da UE, INTERPARES.

6. Gestão das Tecnologias de Informação

O ano 2021 foi marcado pelo apoio aos eventos realizados no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, pela preparação da AP-NATO ocorrida em outubro, e, no geral, pela evolução pandémica. . Para assegurar o normal funcionamento da AR foram adquiridos uma centena de computadores portáteis destinados a reforçar a capacidade do trabalho remoto por parte dos funcionários parlamentares suprimindo as lacunas ainda existentes. Continuou a verificar-se um uso massivo do sistema de videoconferência, em especial como suporte



às reuniões Plenárias, de Comissão, GP, e como base à organização das equipas e SAR. Ainda assim foram concretizados vários projetos, tal como previsto, visando a concretização dos objetivos estratégicos estabelecidos para este Serviço, dos quais se realçam:

6.1 - No âmbito da **promoção da modernização administrativa e tecnológica**, destacam-se os seguintes projetos:

- Instalação de nova solução de monitores informáticos no Hemiciclo;
- Implementação de um novo Sistema de Informação para o Plenário (SIP);
- Implementação de um sistema de contagem física dos veículos estacionados no parque subterrâneo da AR e colocação de painéis informativos relativos à ocupação do parque de estacionamento;
- Criação de rede de fibra ótica dedicada a tráfego de media audiovisual para interligação de Hemiciclo, Senado e Canal Parlamento;
- Upgrade de software da plataforma central da solução VOIP, CUCM Cisco Unified Communications Manager;
- Início do desenvolvimento do sistema de regulamentação das leis e informações a prestar, integrado com o novo sistema de gestão da Atividade Parlamentar;
- Realização de um ciclo de formação técnica especializada dirigida aos técnicos da DSI;
- Implementação de mecanismos de subscrição de alertas sobre documentos disponibilizados no site do Parlamento;
- Introdução de mensagens automáticas de atendimento telefónico (português e inglês), complementando o papel da equipa de telefonistas;

6.2 – Ao nível do **reforço da segurança informática e de informação** realçam-se os seguintes projetos:

- Implementação de inspeção de tráfego https na firewall externa;
- Aplicação de proteção de Web Application Firewall (WAF) a sites e recursos informáticos da AR que se encontram online;
- Implementação de uma solução piloto de coletor de logs;
- Ciclo de upgrade de sistema operativo/ferramentas de produtividade dos equipamentos da AR;
- Desenvolvimento de uma solução de indexação e reassinatura dos ficheiros com LTV;
- Alteração da componente de assinatura das Perguntas e Requerimentos para utilização de TLS (Transport Layer Security) 2.0;
- Aquisição de unidades UPS (Unit Power Supply) destinados a bastidores críticos;

- Aquisição de uma nova solução de Prescrição Médica Eletrónica, substituindo a anterior que passou a funcionar em ambiente exclusivamente cloud;
- Aquisição de sistema de gestão de direitos digitais, para tratamento da informação classificada;
- Transferência do domínio e externalização das contas de e-mail para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal num Internet Service Provider;
- Assessoria/ verificação de controlos gerais de segurança;

6.3 – Relativamente ao **desenvolvimento de melhorias das soluções tecnológicas** já existentes, foram implementados diversos projetos que concorreram para este objetivo, entre os quais:

- A entrada em produção do novo sistema de gestão da Atividade Parlamentar;
- Atualização da solução de videoconferência e presença;
- Requalificação da infraestrutura da rede da biblioteca, da sobreloja referente aos gabinetes dos DURP e da Divisão de Redação da AR;
- Implementação de alterações ao sistema de gestão da tramitação do Orçamento do Estado na AR (AR@PLOE) de acordo com o solicitado pela Comissão de Orçamento e Finanças e pelos SAR;
- Implementação de alterações aos sites disponibilizados aos cidadãos para adequação da política de cookies ao RGPD;
- Desenvolvimento de um novo sistema de gestão do estacionamento;
- Desenvolvimento do novo sistema de gestão do Parlamento dos Jovens e do novo site sobre Microsoft SharePoint com renovação do layout;
- Aquisição de serviços de desenvolvimento e implementação de uma nova aplicação para o arquivo audiovisual;
- Aquisição de serviços para o desenvolvimento de uma nova solução para a Agenda Parlamentar/Boletim Informativo;
- Aquisição de licenciamento perpétuo, manutenção anual, aquisição de 'Service Apps' e upgrade de versão e serviços de instalação, configuração e migração de dados para nova versão ('Oxygen'), do software EasyVista;
- Desenvolvimento de um novo formulário de Registo de Interesses, de acordo com a Lei n.º 69/2020, de 9 de novembro, contemplando mecanismos de pré-carregamento dos dados registados na versão anterior dos formulários, facilitando o preenchimento por parte dos Deputados.
- Produção de imagem atualizada de posto de trabalho em software livre

7. Investimentos

7.1 Investimentos realizados em 2021

No âmbito do investimento, ressalta do Quadro 15, um acréscimo de 3,2% no montante orçamentado para 2021 face a 2020 e a respetiva execução foi de 57,9% (Quadro 16) salientando-se a execução de 83,1% em “Equipamento de gravação audiovisual”.

Quadro 15 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unid: Euro

INVESTIMENTO	OAR2020	OAR2021	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	
Edifícios	1 363 785,00	1 577 988,00	15,7%
Equipamento de informática	1 417 658,29	1 352 446,00	-4,6%
Software informático	1 033 351,10	1 117 939,00	8,2%
Equipamento Administrativo	730 856,00	568 300,00	-22,2%
Artigos e objetos de valor	6 000,00	5 000,00	-16,7%
Equipamento de gravação e audiovisual	1 833 600,00	1 968 800,00	7,4%
Bens do Domínio Público	1 224 992,00	1 293 369,00	5,6%
Outros Investimentos	30 000,00	0,00	-100,0%
TOTAL	7 640 242,39	7 883 842,00	3,2%

Quadro 16 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

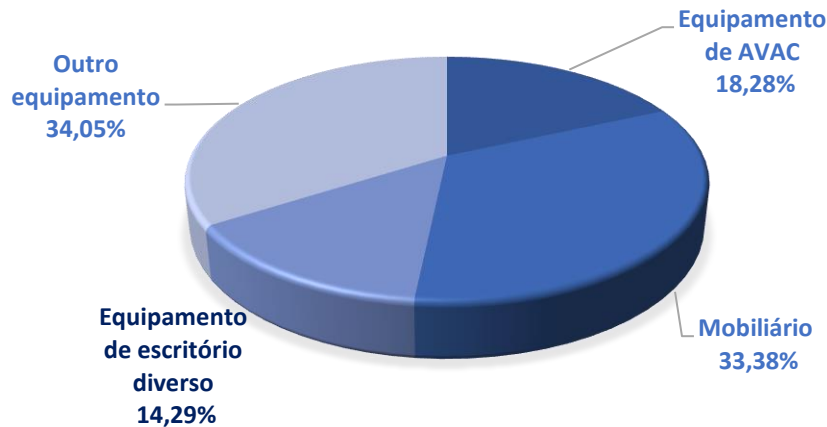
Unid: Euro

INVESTIMENTO	2021		
	Corrigido	Encargos Assumidos	GR%
	1	2	3
Edifícios	1 577 988,00	721 483,60	45,7%
Equipamento de informática	1 352 446,00	759 106,16	56,1%
Software informático	1 117 939,00	719 458,52	64,4%
Equipamento Administrativo	568 300,00	335 543,31	59,0%
Artigos e objetos de valor	5 000,00	1 581,35	31,6%
Equipamento de gravação e audiovisual	1 968 800,00	1 635 597,04	83,1%
Bens do Domínio Público	1 293 369,00	390 377,01	30,2%
TOTAL	7 883 842,00	4 563 146,99	57,9%

Os objetivos estratégicos, na envolvente do investimento, passaram por **garantir melhores condições de trabalho com ecoeficiência**, designadamente através das seguintes ações:

- A) Apetrechar os Gabinetes, SAR, GP, DURP, NINSC e EAI dos equipamentos necessários à prossecução das suas tarefas**, pelo que neste domínio do “Equipamento administrativo” verificou-se uma taxa de execução orçamental na ordem dos 59,0%, distribuída pelas seguintes áreas:

Gráfico 16 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2021



Observa-se que o maior investimento, no domínio do **equipamento administrativo**, foi realizado em **outro equipamento** (34,05%) – distribuído pelos vários edifícios da AR, o qual Incluiu as seguintes ações:

- Aquisição de um sistema de incentivos à melhoria na Assembleia da República - Gestão de elogios, sugestões e reclamações, disponibilizado nas principais entradas dos edifícios da AR, através de pequenos quiosques informáticos;
 - Aquisição de um chaveiro eletrónico com um sistema de gestão para controlo de chaves destinado ao Palácio de São Bento;
 - Aquisição de um equipamento para sistema de inspeção por raios X para o expediente no Palácio de São Bento;
 - Implementação da rede separativa de resíduos urbanos no Palácio de São Bento e Novo Edifício;
 - Aquisição de seis medidores de temperatura corporal para as entradas dos edifícios da Assembleia República (COVID19).
- Por outro lado, o investimento efetuado no mobiliário (33,38%) continuou a assentar na política de substituição de cadeiras de secretárias nos GP's e SAR, acompanhada da aquisição pontual de alguns postos de trabalho. De destacar, ainda neste âmbito, a aquisição de estantes móveis para o armazém da Divisão de Edições (edifício D. Carlos) destinadas a melhorar o acondicionamento dos artigos e a rentabilizar o espaço existente, bem como se procedeu à substituição das cadeiras de Hemiciclo através da reprodução idêntica do modelo em uso.
- Na vertente de aquecimento, ventilação e ar condicionado – AVAC (18,28%) – o investimento foi distribuído pelos vários edifícios da AR, o qual Incluiu as seguintes ações:
- Fornecimento de uma unidade de AVAC incluindo bomba de calor com sistema de gás ecológico R-32, para as instalações da Rua de São Bento, nº 308 – loja, destinada ao Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD);

- Fornecimento de doze unidades de AVAC destinadas ao edifício das Entidades Administrativas Independentes (EAI), designadamente às seguintes entidades: CNPMA (3), EFSE (1), CNE (4), CADA (2) e CNPD (2);
- Fornecimento de duas unidades para as salas da DMC, no 4º piso do Edifício D. Carlos;
- Fornecimento de uma bomba de calor (chiller) para a sala do GABPAR, no Palácio.
- Fornecimento e montagem de termoacumulador para a copa do restaurante dos deputados - Palácio de São Bento.

Por último, o investimento efetuado em equipamentos de escritório diverso (14,29%) destinou-se, sobretudo, à aquisição de candeeiros de secretária, máquinas destruidoras de papel, quadro magnéticos, frigobares, carpetes para vários espaços do Palácio, bem como, se prosseguiu com a substituição de televisores antigos por LCD's que ocupam menos espaço e são mais eficientes do ponto de vista energético, consumindo menos eletricidade.

B) Melhoria contínua das instalações que agrega a **conservação do Património Imobiliário da AR.** Em termos de obras de melhoria/conservação foram concluídas as seguintes **empreitadas:**

- Empreitada de obras de apoio à instalação de dois ascensores - Edifício na Avenida D. Carlos I, nº 134;
- Empreitada de remodelação da instalação elétrica e anexação (PT) dos edifícios sitos na Av. D. Carlos I, nºs 128, 130, 132, 134 e 134B, em Lisboa;
- Empreitada para instalação de plataforma metálica para o grupo gerador no Ed. D. Carlos I, nº 134.

Verifica-se que o investimento efetuado na rubrica outros "Edifícios" incidu essencialmente no Edifício das Entidades Administrativas Independentes (EAI) e destinou-se, essencialmente, a renovar a infraestrutura elétrica do Edifício, em simultâneo com a instalação de dois novos ascensores. Importa referir que, no 3º trimestre foi adjudicada a empreitada de instalação do Centro Interpretativo Parlamentar na Casa Amarela, justificando a execução orçamental alcançada no final de 2021 (45,74%).

No que respeita à rubrica de edifícios do domínio público, a qual apresenta uma fraca execução orçamental (29,37%), as ações concluídas destinaram-se ao Palácio de São Bento, essencialmente, a renovar as infraestruturas de aquecimento, ventilação e climatização (AVAC), a par da requalificação de um espaço da restauração tornando-o mais eficiente e apelativo aos clientes, sendo as seguintes:

- Empreitada de remodelação da climatização das salas dos DURP e Divisão de Redação, n.ºs 4028 a 4040, nos dois pisos intermédios do Palácio de São Bento;
- Empreitada para fornecimento e instalação de novo grupo gerador de emergência para o Palácio de São Bento;
- Empreitada de obras para requalificação do bar dos funcionários no Palácio de São Bento.

Em face da situação epidemiológica que caracterizou o ano de 2021 e que afetou os objetivos previstos, a que se juntou um comportamento imprevisível do mercado da construção, caracterizado pelo aumento nos preços de muitos materiais, dificuldades de angariação de recursos humanos e indefinição dos prazos de entrega, houve empreitadas que foram adiadas e os seus projetos reformulados, contribuindo para a reduzida execução de alguns investimentos.

7.2 Projetos transitados para 2021

A identificação dos projetos da Assembleia da República com encargos transitados para 2022, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 17 – PROJETOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2021

	Unid: Euro
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	
07.03.02 - Bens de Domínio Público - edifícios	94 455,68
Edifícios	
07.01.03 B0A0 - Edifícios - Conservação e Reparação	652 814,63
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	
07.01.07 A e B - Material de informática - hw comunicação e outro	203 344,85
SOFTWARE INFORMÁTICO	
07.01.08 A e B - Software informático - software de comunicação e outro software	104 772,70
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
07.01.09 B - Outro equipamento administrativo	34 903,60
EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL	
07.01.15 B0A0 - Equipamento Audiovisual	319 508,74
Total	1 409 800,20

8. Financiamento

8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas ("Comissão Nacional de Eleições" (CNE), "Comissão Nacional de Proteção de Dados" (CNPD), "Entidade Reguladora para a Comunicação Social" (ERC), "Provedoria de Justiça", "Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos" (CADA), "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida" (CNECV)) e "Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência" (Me-CDPD), mas também as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR: "Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa" (CFSI), "Conselho dos Julgados de Paz" (CJP), "Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida" (CNPMA), "Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal" (CFSIIC), "Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN" (CFBD – ADN), "Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado", "Observatório Técnico Independente", "Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública", e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

No que respeita aos orçamentos das entidades autónomas que recebem transferências da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro abaixo, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) passaram, desde 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

Quadro 18 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

ENTIDADES	OAR2020	OAR2021	Var%
	corrigido	corrigido	
	1	2	3
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1 823 240,00	2 000 000,00	9,7%
Comissão Nacional de Eleições	2 116 450,00	2 709 963,00	28,0%
Provedoria de Justiça	5 269 880,00	5 269 880,00	0,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2 375 701,00	2 361 869,00	-0,6%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	806 000,00	812 000,00	0,7%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	346 179,35	318 634,00	-8,0%
Monitorização da Implementação Convenção DPD	280 193,00	280 193,00	0,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	167 474,00	196 532,00	17,4%
Conselho dos Julgados de Paz	279 870,00	277 394,00	-0,9%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	316 696,72	316 211,77	-0,2%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	218 606,00	218 528,00	0,0%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	88 000,00	82 719,00	-6,0%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	161 265,00	153 950,00	-4,5%
Observatório Técnico Independente	551 090,00	168 303,83	-69,5%
Comissão Indep. Acomp. e Fiscaliz. Medidas Especiais CP	0,00	203 463,00	n.a.
Associação dos Ex-Deputados	46 000,00	46 000,00	0,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	16 000,00	16 000,00	0,0%
TOTAL	14 862 645,07	15 431 640,60	3,8%

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 89,5%, sendo que, no que respeita às Entidades autónomas que recebem transferências do OAR, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2021 e à não requisição da totalidade das verbas proveniente de transferências do OE, atendendo, por exemplo, à prioridade de execução das receitas próprias cobradas por algumas entidades. Salienta-se que o Me-CDPD não requisitou verbas, em 2021, por não possuir número de identificação fiscal e conta bancária no IGCP.

No que respeita aos restantes Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, as taxas de execução variam entre 91,1% (CJP) e 18,1% da “Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública”, decorre de a respetiva eleição início ter ocorrido a 1 de outubro de 2021.

Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

ENTIDADES	OAR2021		
	Dotação corrigida 1	Encargos Assumidos 2	GR% 3
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2 000 000,00	2 000 000,00	100,0%
Comissão Nacional de Eleições	2 709 963,00	2 709 963,00	100,0%
Provedoria de Justiça	5 269 880,00	5 269 880,00	100,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2 361 869,00	1 875 000,00	79,4%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	812 000,00	750 282,00	92,4%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	318 634,00	201 298,00	63,2%
Monitorização da Implementação Convencção DPD	280 193,00	0,00	0,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	196 532,00	140 155,75	71,3%
Conselho dos Julgados de Paz	277 394,00	252 823,19	91,1%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	316 211,77	155 291,05	49,1%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	218 528,00	159 296,03	72,9%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	82 719,00	68 126,06	82,4%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	153 950,00	56 251,38	36,5%
Observatório Técnico Independente	168 303,83	88 705,38	52,7%
Comissão Indep. Acomp. e Fiscaliz. Medidas Especiais CP	203 463,00	36 725,39	18,1%
Associação dos Ex-Deputados	46 000,00	33 000,00	71,7%
Grupo Desportivo Parlamentar	16 000,00	16 000,00	100,0%
TOTAL	15 431 640,60	13 812 797,23	89,5%

8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, importa salientar que a Lei n.º 4/2017, de 16 de janeiro, determinou a redução definitiva de 10% das subvenções aos partidos políticos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho e de 20% da subvenção para campanhas eleitorais, a que se refere o n.º 4 e 5 do artigo 17.º do mesmo diploma legal.

Nestes termos, foram inscritos 13.970.092,76€ para fazer face ao pagamento das **subvenções aos partidos políticos** considerando os votos/resultados eleitorais das eleições legislativas de 2019, com um grau de execução de 100%.

Foram ainda orçamentados, a título de "**Subvenção pública para as campanhas eleitorais**", 43.003.605,00€, alcançando uma taxa de execução orçamental de 71,6%.

Os saldos de subvenções para as campanhas eleitorais, à data de 31/12/2020, eram os seguintes:

- 436.661,14€ - saldo que transitou **de 2020** relativo às **Autárquicas de 2013**;
- 893.788,41€ - saldo que transitou **de 2020** relativo às **Autárquicas de 2017**;
- 673.608,53€ - saldo que transitou **de 2020** relativo ao **Legislativas de 2019**;
- 137.675,98€ - saldo que transitou **de 2020** relativo às **Legislativas Regionais dos Açores de 2020**;

Foram ainda cobrados Reposições Não Abatidas a Pagamentos no montante de 75.816,21€ relativos às **eleições Autárquicas de 2013**, constituindo receita de 2021.

No ano de 2021 foi entregue ao Tesouro o montante total de 2.491.007,24€: o saldo o montante de 436.661,14€, relativo da subvenção para a campanha das eleições Autárquicas de 2013, 693.788,41€ relativo à subvenção para a campanha das eleições Autárquicas de 2017, 663.932,35€ relativo às Legislativas de 2019, 54.127,99€ relativo às Legislativas Regionais dos Açores de 2020 e 642.497,35€, saldo das Presidenciais de 2021, encontrando-se encerrados os processos das Legislativas Regionais dos Açores de 2020 e das Presidenciais de 2021.

Os saldos em aberto a 31/12/2021, constantes do mapa infra, oriundos de transferências do OE, relativos às subvenções às campanhas eleitorais serão devolvidos ao Tesouro quando o processo de pagamento e de cobrança das reposições inerentes a esses atos eleitorais se encontrarem concluídos.

ELEIÇÕES	SALDO	REQUISITADO	EXECUÇÃO	DEVOLVIDO DGT	RNAPS	Compensação	SALDO
	31/12/2020	EM 2021	EM 2021	EM 2021	COBRADAS EM 2021	à atualização IAS 2021	31/12/2021
	1	2	3	4	5	6	7
							(1+2-3-4+5-6)
AUTÁRQUICAS 2013	436 661,14	0,00	0,00	436 661,14	75 816,21	0,00	75 816,21
AUTÁRQUICAS 2017	893 788,41	0,00	0,00	693 788,41	0,00	0,00	200 000,00
LEGISLATIVAS 2019	673 608,53	0,00	9 676,18	663 932,35	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVAS REGIONAIS DA RA AÇORES 2020	137 675,98	0,00	83 547,99	54 127,99	0,00	0,00	0,00
PRESIDENCIAIS 2021	0,00	1 000 000,00	302 333,65	642 497,35	0,00	0,00	55 169,00
AUTÁRQUICAS 2021	0,00	39 493 125,00	27 321 045,43	0,00	0,00	0,00	12 172 079,57
TOTAL	2 141 734,06	40 493 125,00	27 716 603,25	2 491 007,24	75 816,21	0,00	12 503 064,78

9. Execução Financeira

9.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 20, ressalta um grau de execução orçamental global de 76,7%, face a uma execução financeira que foi de 73%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 20 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	Dotação corrigida 1	OAR2021		GR%	
		Encargos Assumidos 2	Despesa Paga 3	Orçamental 4 (2/1)	Financeira 5 (3/1)
Corrente	87 987 898,63	67 983 824,24	66 012 726,67	77,3%	75,0%
Despesas com Pessoal	53 940 132,89	51 866 810,97	51 864 830,87	96,2%	96,2%
Remun. certas e permanentes	40 808 063,94	39 558 624,94	39 556 644,84	96,9%	96,9%
Abonos variáveis ou eventuais	3 785 094,95	3 276 751,31	3 276 751,31	86,6%	86,6%
Segurança social	9 346 974,00	9 031 434,72	9 031 434,72	96,6%	96,6%
Aquisição de bens e serviços	23 065 244,00	14 773 242,16	12 804 124,69	64,0%	55,5%
Aquisição de bens	1 754 941,00	1 058 062,64	914 097,87	60,3%	52,1%
Aquisição de serviços	21 310 303,00	13 715 179,52	11 890 026,82	64,4%	55,8%
Juros e outros encargos	3 000,00	2 735,99	2 735,99	91,2%	91,2%
Juros e outros encargos	3 000,00	2 735,99	2 735,99	91,2%	91,2%
Transferências correntes	62 500,00	49 000,00	49 000,00	78,4%	78,4%
Entidades Privadas ou Públicas	62 000,00	49 000,00	49 000,00	79,0%	79,0%
Exterior	500,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Subvenções	1 054 744,14	1 054 744,14	1 054 744,14	100,0%	100,0%
Subvenção aos Grupos Parlam.	1 054 744,14	1 054 744,14	1 054 744,14	100,0%	100,0%
Outras despesas correntes	9 862 277,60	237 290,98	237 290,98	2,4%	2,4%
Dotação provisional	9 498 382,60	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Diversas	363 895,00	237 290,98	237 290,98	65,2%	65,2%
Capital	12 050 679,00	4 578 205,70	3 166 535,84	38,0%	26,3%
Aquisição de bens de capital	7 923 569,00	4 578 205,70	3 166 535,84	57,8%	40,0%
Investimentos	6 630 200,00	4 187 828,69	2 870 614,51	63,2%	43,3%
Bens do Domínio Público	1 293 369,00	390 377,01	295 921,33	30,2%	22,9%
Transferência de Capital	10 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Resto do Mundo	10 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Outras despesas de capital	4 117 110,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Dotação provisional	4 117 110,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Total AR	100 038 577,63	72 562 029,94	69 179 262,51	72,5%	69,2%
Transf. Ent. Aut. & subvenções	72 867 970,72	60 140 983,25	56 984 126,15	82,5%	78,2%
Transferências correntes	13 251 739,00	12 305 623,00	12 305 623,00	92,9%	92,9%
Administração Central	13 251 739,00	12 305 623,00	12 305 623,00	92,9%	92,9%
Subsídios/ Subvenções	56 424 424,48	44 843 553,01	41 686 695,91	79,5%	73,9%
Instituições/ fins lucrativos	56 424 424,48	44 843 553,01	41 686 695,91	79,5%	73,9%
Transferência de Capital	494 800,00	494 800,00	494 800,00	100,0%	100,0%
Administração Central	494 800,00	494 800,00	494 800,00	100,0%	100,0%
Outras despesas de capital	2 697 007,24	2 497 007,24	2 497 007,24	92,6%	92,6%
Saldos - Devolução Tesouro	2 697 007,24	2 497 007,24	2 497 007,24	92,6%	92,6%
Total Global	172 906 548,35	132 703 013,19	126 163 388,66	76,7%	73,0%

A despesa assumida que não teve execução financeira ascendeu a 6.539.624,53€, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 21, sendo que deu origem à transição de encargos, por processar.

Quadro 21 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2021 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2021				Encargos por pagar 5 (1-3)
	Encargos Assumidos 1	Estrutura 2 (1/Σ1)	Despesa Paga 3	Estrutura 4 (3/Σ3)	
Corrente	67 983 824,24	51,2%	66 012 726,67	52,3%	1 971 097,57
Despesas com Pessoal	51 866 810,97	39,1%	51 864 830,87	41,1%	1 980,10
Remun. certas e permanentes	39 558 624,94	29,8%	39 556 644,84	31,4%	1 980,10
Abonos variáveis ou eventuais	3 276 751,31	2,5%	3 276 751,31	2,6%	0,00
Segurança social	9 031 434,72	6,8%	9 031 434,72	7,2%	0,00
Aquisição de bens e serviços	14 773 242,16	11,1%	12 804 124,69	10,1%	1 969 117,47
Aquisição de bens	1 058 062,64	0,8%	914 097,87	0,7%	143 964,77
Aquisição de serviços	13 715 179,52	10,3%	11 890 026,82	9,4%	1 825 152,70
Juros e outros encargos	2 735,99	0,0%	2 735,99	0,0%	0,00
Juros e outros encargos	2 735,99	0,0%	2 735,99	0,0%	0,00
Transferências correntes	49 000,00	0,0%	49 000,00	0,0%	0,00
Entidades Privadas ou Públicas	49 000,00	0,0%	49 000,00	0,0%	0,00
Subvenções	1 054 744,14	0,8%	1 054 744,14	0,8%	0,00
Subvenção aos Grupos Parl.	1 054 744,14	0,8%	1 054 744,14	0,8%	0,00
Outras despesas correntes	237 290,98	0,2%	237 290,98	0,2%	0,00
Diversas	237 290,98	0,2%	237 290,98	0,2%	0,00
Capital	4 578 205,70	3,4%	3 166 535,84	2,5%	1 411 669,86
Aquisição de bens de capital	4 578 205,70	3,4%	3 166 535,84	2,5%	1 411 669,86
Investimentos	4 187 828,69	3,2%	2 870 614,51	2,3%	1 317 214,18
Bens do Domínio Público	390 377,01	0,3%	295 921,33	0,2%	94 455,68
Total AR	72 562 029,94	54,7%	69 179 262,51	54,8%	3 382 767,43
Transf. Ent. Aut. & subvenções	60 140 983,25	45,3%	56 984 126,15	45,2%	3 156 857,10
Transferências correntes	12 305 623,00	9,3%	12 305 623,00	9,8%	0,00
Administração Central	12 305 623,00	9,3%	12 305 623,00	9,8%	0,00
Subsídios/ Subvenções	44 843 553,01	33,8%	41 686 695,91	33,0%	3 156 857,10
Instituições/ fins lucrativos	44 843 553,01	33,8%	41 686 695,91	33,0%	3 156 857,10
Transferência de Capital	494 800,00	0,4%	494 800,00	0,4%	0,00
Administração Central	494 800,00	0,4%	494 800,00	0,4%	0,00
Outras despesas de capital	2 497 007,24	1,9%	2 497 007,24	2,0%	0,00
Saldo - Devolução Tesouro	2 497 007,24	1,9%	2 497 007,24	2,0%	0,00
Total Global	132 703 013,19	100,0%	126 163 388,66	100,0%	6 539 624,53

O Quadro 21 evidencia, assim, os encargos transitados para 2022 por pagar (deste valor só transitam os encargos por processar, distintos dos “por pagar”), e ainda a estrutura da despesa assumida e paga.

Considerando as despesas **correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,1%, tendo transitado por pagar o montante de 1.971.097,57€.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos em 2021 de 69,2% face aos 78,7%, de 2020 e aos 67,8% de 2019. Transitou para 2022 um valor de despesa, autorizada e não paga, de 1.411.669,86€.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2022, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas – face ao encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

9.2 Das Receitas

Importa salientar, na estrutura da receita, que as verbas cobradas pela Assembleia da República representam 0,4% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, um acréscimo de 9,7% face ao valor cobrado em 2020 e, no seu conjunto, apresentam um grau de realização de 108,1% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 23).

Quadro 22 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Unidade: Euro

RECEITAS COBRADAS POR NATUREZA	OAR 2020 1	OAR 2021 2	Var% 3
Publicações, impressos e artigos diversos	15 501,14	17 828,91	15,0%
Outros bens	19 700,54	28 520,16	44,8%
Juros	625,00	1 111,11	n.a.
Reposições não abatidas	26 612,27	31 968,69	20,1%
Vendas de senhas de refeição	161 144,45	146 048,28	-9,4%
Rendas	48 256,19	52 398,48	8,6%
Venda de bens de investimento	4 094,73	2 151,34	-47,5%
Receitas diversas - AR	2 319,66	9 297,70	300,8%
Indemnizações	17 578,47	35 348,69	101,1%
Receitas Cobradas	295 832,45	324 673,36	9,7%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	25 125 848,22	29 257 549,84	16,4%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	69 259 567,54	62 753 923,84	-9,4%
Total	94 681 248,21	92 336 147,04	-2,5%

Como se retira do Quadro 22, na sua maioria as receitas próprias cobradas pela AR tiveram variações positivas, face ao ano anterior, com exceção da "Venda de Senhas de Refeição" (face à redução dos trabalhos presenciais e menor utilização do refeitório), e da "Venda de Bens de Investimento", correspondente a portáteis.

O **financiamento com origem no OE, que representa 68% do total do OAR2021** reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação negativa (-9,4%) em relação a 2020, ano em que o financiamento do OE representou 73,1%. As receitas orçamentadas e cobradas em 2021 constam do quadro abaixo:

Quadro 23 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2020

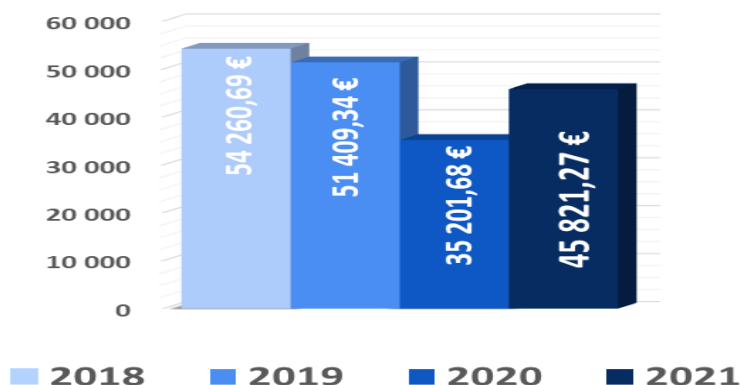
Unidade: Euro

NATUREZA DA RECEITA	Receita OAR2021		
	corrigida 1	cobrada 2	GR% 3
Publicações, impressos e artigos diversos	18 500,00	17 828,91	96,4%
Outros bens	21 250,00	28 520,16	134,2%
Juros	50,00	1 111,11	2222,2%
Reposições não abatidas	1 000,00	31 968,69	3196,9%
Vendas de senhas de refeição	200 000,00	146 048,28	73,0%
Rendas	51 000,00	52 398,48	102,7%
Venda de bens de Investimento	5 010,00	2 151,34	42,9%
Receitas diversas - AR	2 670,00	9 297,70	348,2%
Indemnizações	1 000,00	35 348,69	3534,9%
Receitas Cobradas	300 480,00	324 673,36	108,1%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	29 257 549,84	29 257 549,84	100,0%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	70 480 548,00	62 753 923,84	89,0%
Total	100 038 577,84	92 336 147,04	92,3%

Da análise do Quadro 23, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2021 foi superior à orçamentada, sendo o grau de execução do orçamento total da receita de 92,3%.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 17, registando-se em 2021 um acréscimo de 30,17%, face a 2020 (em valores absolutos de 10.619,59€).

Gráfico 17 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS DA LIVRARIA PARLAMENTAR 2018-2021



10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2021

Na sequência da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (**SNC-AP**) encetado pela AR em 2017 nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho (Notas de Enquadramento ao PCM), Manual de Implementação ao SNC-AP, entre outras disposições, emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística e pela UNILEO, manteve-se o percurso de consolidação das NCP iniciadas no exercício económico de 2018.

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A prestação de contas, referente ao ano económico de 2021, é assim, apresentada de acordo com o normativo, SNC-AP e segundo as instruções preconizadas na Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, integrando a documentação de prestação de contas em SNC-AP, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A NCP 1 define o formato de divulgação de informação adicional dos resultados da entidade sob a forma de indicadores de desempenho. Adicionalmente, as orientações da RPG 3 - *Reporting Service Performance Information* do IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*) incidem sobre informações de desempenho a incluir no relatório de gestão da entidade, em complemento às suas demonstrações financeiras, com o propósito de apresentar informações de desempenho e consolidação.

Em sequência, são apresentados os indicadores relevantes, de natureza económico-financeira e de natureza orçamental, que permitem a avaliação da extensão, eficiência e eficácia do desempenho da AR.

Pretende-se, através de um número conciso de indicadores obter uma visão global da situação económico-financeira da AR, no contexto específico da sua área de atuação.

Indicadores de natureza económico-financeiros:

Dimensão	Indicador
Liquidez	Liquidez Geral
	Liquidez Reduzida
	Liquidez Imediata
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)
	Taxa de Margem Bruta (TMB)
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)
	Prazo Médio de Inventários (PMI)
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
	Programa Pagar a Tempo e Horas
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira
	Solvabilidade
	Grau de cobertura dos gastos financeiros
	Endividamento

Indicadores de natureza orçamental:

Indicadores Orçamentais
Grau de Execução Orçamental da receita
Grau de Execução Orçamental da despesa
Indicador de estrutura da receita efetiva
Indicador de estrutura da despesa efetiva
Saldo Corrente
Saldo de Capital
Saldo Primário
Saldo Global
Grau de realização das liquidações
Grau de execução das obrigações

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2021 reflete um **RLE negativo de 4.929.502,40€**, face aos RLE -positivos de 3,18 M€ no período homólogo precedente. Esta variação é, essencialmente, explicada pela supressão do duodécimo de transferências correntes do OE relativa ao mês de setembro (5.579.902,16€) o qual, à semelhança do duodécimo de transferências de capital daquele mês (125.000,00€) não seriam requisitados pela Assembleia da República.

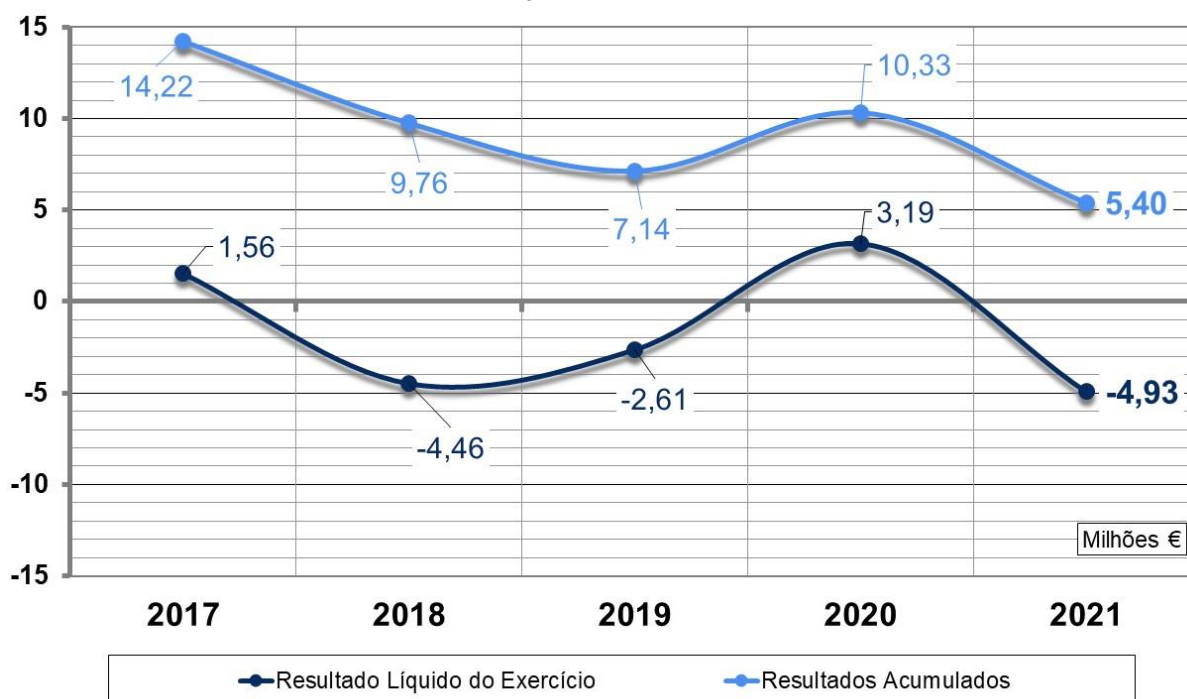
De igual modo o alívio gradual das medidas de contenção da pandemia COVID-19 proporcionadas pela melhoria consistente da conjuntura pandémica, permitiu o retomar gradual das normais atividades da AR sobretudo na 2ª metade do ano, facto que se traduziu num gradual incremento dos gastos com F&S, traduzidos na variação de 1,5M€ face a igual período de 2020.

Acresce ainda aos fatores anteriormente enunciados, o efeito decorrente das atualizações salariais 2021, reversão de reduções salariais e descongelamentos de progressões que impactaram os gastos globais com pessoal no ano de 2021 em 1,5M€.

Tendo, assim presente, os três conjuntos relevantes de variações, constata-se que os RLE de 2021 traduzem o incremento global 3M€ em gastos, a que cresceu a supressão de 5,5M€ em ganhos, cuja soma combinada supera a variação de RLE de 2020 para 2021 (menos 8,1M€).

Nestes termos e face ao exposto, a evolução dos Resultados Líquidos apurados no último quinquénio encontra-se refletida no gráfico 18 seguinte.

Gráfico 18 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

Rácios de Liquidez

Rácios de Liquidez	
Liquidez Geral	2,42
Liquidez Reduzida	2,34
Liquidez Imediata	0,97

Rácio de Liquidez Geral:

Representa a capacidade de a entidade cobrir os seus compromissos de curto prazo. Apresentando um valor superior a 1 – no exercício de 2021 atingiu 2,42 – mantendo uma muito elevada capacidade honrar os seus compromissos financeiros de curto prazo.

De igual modo, a AR regista uma situação financeira de curto prazo favorável, sem prejuízo de se conjugarem estes rácios com os tempos médios de pagamento e de recebimento verificados.

Rácio de Liquidez Reduzida

Tal como o rácio de Liquidez Geral, representa a capacidade da entidade em cobrir os seus compromissos de curto prazo, expurgando as mercadorias, sendo o seu rácio necessariamente menor que o de Liquidez Geral.

Rácio de Liquidez Imediata

Corresponde a indicador mais restrito para avaliar a capacidade de uma organização em cumprir as suas obrigações de curto prazo, constituindo um teste mais exigente aos seus níveis de liquidez.

Expressa a capacidade de pagar as dívidas correntes, num cenário de cessação imediata de rendimentos e réditos provenientes de atividades operacionais.

Traduzindo uma avaliação de muito curto prazo, um rácio próximo de 1, indica uma elevada capacidade de cumprir as obrigações, se todas as responsabilidades se tornarem exigíveis de forma imediata. O presente rácio apresenta, de forma destacada a menor variação face a 2020 (0,97 em 2021 face a 0,95 verificados em 2020) atenta à manutenção praticamente inalterada das disponibilidades financeiras da AR.

Os Rácios de Rentabilidade

Rácios de Rentabilidade	
Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	1,00
Taxa de Margem Bruta (TMB)	0,83
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	-0,08
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	-0,07

Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios

O valor positivo do rácio resulta do contributo negativo do numerador e do denominador (RO/VN), considerando que o Resultado Líquido do Exercício (RLE) é em grande medida explicado pelo EBIT (*Earnings before interest and taxes*).

Nestes termos e perante um RLE praticamente idêntico ao Resultado Operacional e operações financeiras residuais, entende-se a proximidade de valores entre os dois termos.

O EBIT como indicador traduz o Resultado Operacional da AR, isto é, a relação entre rendimentos e ganhos operacionais e após depreciações e amortizações.

Taxa de Margem Bruta

O rácio apresenta um valor de **0,83** traduzindo, ao ser inferior a 1, que a entidade incorre em gastos superiores aos rendimentos nas operações geradoras de receita, um cenário expectável em entidades não comerciais ou industriais e, por génese, sem fins lucrativos.

Rentabilidade do Património Líquido

Os RLE negativos registados em 2021 fundamentam a inversão deste rácio para terreno negativo (-0,08) face a 2020 (0,05), ainda que mantendo a sua expressão residual e tendencialmente nula.

Resultado Operacional do Ativo

De forma idêntica, o EBIT ou resultado Operacional negativo justifica a involução do ROA para -0,07, sendo que, a sua expressão residual se mantêm justificada pelo elevado valor do ativo.

NOTA: Os valores apresentados nos rácios de rentabilidade, traduzem atividade essencialmente não comercial e não industrial desenvolvida, assim como a função única desempenhada pela AR na sociedade e a sua orientação para o bem e benefício público em detrimento do lucro. A criação de valor gerada pela AR traduz, de facto valores de *goodwill* intangíveis e não capturados nos rácios de rentabilidade tradicionais.

Os Rácios de Atividade

Rácios de Atividade	
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,24%
Prazo Médio de Inventários (PMI) Total	10,1 d
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	3,1 d

Grau de Rotação do Ativo

Apresenta um valor residual de **0.24%** praticamente inalterado face a 2020 (0,27%).

Prazo Médio de Inventários (PMI)

Este rácio permite avaliar o prazo médio de permanência de inventários em armazém, traduzindo-se no período médio que cada artigo permanece em armazém antes da sua venda ou consumo. Este rácio praticamente passou para metade do valor de 2020, um ano de forte redução de atividade (de 21 dias em 2020 para 10,1 dias em 2021) refletindo a retoma gradual da normal atividade da Livraria Parlamentar ao longo da 2ª metade do ano.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Através deste rácio podemos concluir que a AR demora, em termos médios, cerca de 3 dias a cumprir com as suas obrigações perante os seus fornecedores. A renovada melhoria deste indicador face a 2020 (redução em 37%, quando já havia melhorado em 20% em 2020 - 4,9 dias – comparativamente a 2019) não é influenciado pela redução de transações, as quais concorrem para ambos os termos do rácio, traduzindo antes o continuado esforço de incremento de eficiência das funções de suporte não obstante os constrangimentos à atividade provocadas pela pandemia Covid-19.

Os Rácio de estrutura Financeira

Rácios de Estrutura Financeira	
Autonomia Financeira	0,80
Solvabilidade	3,95
Grau de cobertura dos gastos financeiros	N/A
Endividamento	0,20

Autonomia Financeira

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2021 reduziu de 0,94 para 0,80, representando total autonomia e superando o exigido, face a um valor referencial de boa prática igual ou superior a 0,33.

Endividamento

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por **Endividamento** (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2021, um valor de 0,2 (face a 0,06 em 2020), sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

Solvabilidade

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma empresa em pagar os seus compromissos devendo o seu valor ser, preferencialmente, superior a 0,5. No exercício de 2021 a AR apresenta, para este indicador, um valor de 3,95, traduzindo também neste vetor o gradual retorno à normalidade pós-pandémica, cuja distorção esteve refletida no valor de 2020 (14,41), mantendo, não obstante a redução, um forte indicador de robustez financeira.

Grau de cobertura de gastos financeiros

Não aplicável uma vez que não existem encargos financeiros.

Endividamento

Indica a percentagem do passivo financiado pelo ativo, ou seja, indica a percentagem de ativos da empresa que responde pelos passivos.

Quadro resumo comparativo de indicadores económico-financeiros do triénio 2019-2021:

Indicadores Económico-Financeiros

Dimensão	Indicador	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Var.
Liquidez					
	Liquidez Geral	2,97	7,26	2,42	4,29
	Liquidez Reduzida	2,84	6,92	2,34	4,08
	Liquidez Imediata	0,96	0,95	0,97	0,00
Rentabilidade					
	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	1,00	1,00	1,00	0,00
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	0,70	0,56	0,83	-0,14
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	-0,04	0,05	-0,08	0,09
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	-0,03	0,04	-0,07	0,08
Atividade					
	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,004	0,003	0,002	0,00
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	10,6	21,0	10,1	10,41
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	n.aplic.	n.aplic.	n.aplic.	
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	6,0	4,9	3,1	-1,08
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	n.aplic.	n.aplic.	n.aplic.	
Estrutura Financeira					
	Autonomia Financeira	0,83	0,94	0,80	0,10
	Solvabilidade	5,04	14,41	3,95	9,37
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	n.aplic.	n.aplic.	n.aplic.	
	Endividamento	0,17	0,06	0,20	-0,10

Considerando a forma de contabilização, das transferências de capital do OE para a AR, prevista pelo SNC-AP, diretamente no Balanço, não se verificaram alterações significativas com impacto na posição financeira da AR.

Indicadores Orçamentais

Apresenta-se de seguida os indicadores de natureza orçamental que permitem avaliar e analisar as relações entre as várias componentes das demonstrações orçamentais:

Despesa efetiva

Corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Despesa primária

Corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.

Despesa total

Corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

Receita efetiva

Corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

Receita total

Corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

Saldo corrente

Corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.

Saldo de capital

Corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

Saldo global

Corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.

Saldo primário

Corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.

Indicadores Orçamentais

Grau de Execução Orçamental da receita	0,94	Poderá apresentar valores superiores a 1 caso a receita cobrada líquida ultrapasse as previsões corrigidas,
Grau de Execução Orçamental da despesa	0,73	este rácio nunca poderá ser superior a 1, dado que a dotação constante do orçamento da despesa constitui o limite máximo a utilizar na realização desta.
Indicador de estrutura da receita efetiva	1,0	Corresponde ao peso de cada uma das componentes da receita efetiva em relação à receita efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da receita efetiva.
Indicador de estrutura da despesa efetiva	1,0	Corresponde ao peso de cada uma das componentes da despesa efetiva em relação à despesa efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da despesa efetiva.
Saldo Corrente	8 221 423,90€	
Saldo de Capital	-1 760 035,81€	
Saldo Primário	6 571 908,98€	
Saldo Global	6 569 172,99€	
Grau de realização das liquidações	1,0	Este rácio compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas de determinada entidade.
Grau de execução das obrigações	1,0	Este rácio compara a despesa paga líquida com as obrigações assumidas de determinada entidade.

Em complemento aos saldos acima apresentados em observação do modelo de prestação de contas preconizado pela Norma Técnica nº1/2017 e pela Instrução n.º1/2019 do Tribunal de Contas, salienta-se que o **Saldo de Gerência da AR a 31/12/2021** é de **35.659.949,65€**, (conforme Demonstração do Desempenho Orçamental para o exercício de 2021), dos quais 23.156.884,53€ correspondem a saldo da AR e 12.503.065,12€ a saldo de subvenções para as campanhas eleitorais na posse da AR.



Nota Final

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-Geral
Maria João da Silva Costa

Adjunto do Secretário-Geral
Rui José Pereira Costa

Direção de Apoio Parlamentar
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio ao Plenário
Vasco Eduardo Gonçalves Cipriano

Divisão de Apoio às Comissões
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia

Divisão de Redação
Maria Cacilda Pereira Martins Bastos Nordeste

Direção de Informação e Cultura
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Nuno Miguel Fialho Broco Madeira Amorim

Biblioteca
Paula Maria da Silva Granada

Arquivo Histórico-Parlamentar
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Divisão de Edições
Maria Teresa da Silva Paulo

Divisão Museológica e para a Cidadania
Cristina Maria Realinho Ribeiro

Direção Administrativa e Financeira
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Recursos Humanos e Formação
Laura Teimão Lopes Costa

Divisão de Gestão Financeira
Helder Constantino Silveiro Barreto

Divisão de Aprovisionamento e Património
Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira

Direção de Relações Internacionais, Públicas e de Protocolo
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação
Dalila Xavier Dias Maulide



Divisão de Relações Públicas e Protocolo
Maria Manuela Azóia Lopes

Direção de Tecnologias de Informação
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
Jorge Filipe Marques Félix

Divisão de Sistemas de Informação
Nuno Filipe Ávila França

Gabinete de Controlo e Auditoria
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Comunicação
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral